

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal eleva Imposto de Renda das transmissoras de energia elétrica..... 3

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sai 1º lote de quem caiu na malha fina..... 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tem déficit do R\$ 22,4 bi..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

TST define correção de débitos trabalhistas..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

ITCMD e a tributação sobre bens no exterior - OPINIÃO JURÍDICA..... 9

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela do 13º deve ser paga até o dia 30; veja quem recebe e como é calculado
..... 11

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga 13º em novembro para novos beneficiários; veja calendário e quem recebe
..... 13

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela do 13º deve ser paga até o dia 30; veja quem recebe e como é calculado
(salário)
..... 15

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga 13º em novembro para novos beneficiários; veja calendário e quem recebe
(Previdência)
..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma tributária avança - ENTRE ASPAS..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senadores querem estender debate para evitar que Câmara mude o texto..... 20

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Milionários pagam menos impostos que classe média, aponta Ipea..... 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária aumentará preços de 600 mil itens, alerta tributarista..... 23

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alta do ICMS dos combustíveis vai superar a inflação - ACERTO DE CONTAS 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Taxa de desemprego recua para 6,4% 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desemprego cai para 6,4% no terceiro trimestre, diz IBGE 29

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Desemprego é o menor da história 30

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

Desemprego cai para 6,4% puxado pela indústria 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Com baixa disposição para risco, renda fixa é indicação para terminar o ano 33

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

Opções para o corte de gastos 36

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo trabalha para reduzir despesas que ele mesmo criou 38

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

FGTS: Conselho aprova R\$ 142 bi para habitação e infraestrutura 39

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA
ECONOMIA

FGTS: Conselho aprova orçamento de R\$ 142 bi 40

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar sobe de novo com falas de Haddad 41

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar sobe a R\$ 5,78 e tem maior patamar em mais de três anos 42

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
ECONOMIA

Dólar fecha em R\$ 5,78, maior valor desde 2021 43

Receita Federal eleva Imposto de Renda das transmissoras de energia elétrica

Luiza Calegari De São Paulo

A **Receita Federal** publicou entendimento que eleva o Imposto de Renda (IRPJ) das transmissoras de energia elétrica. Esse aumento veio com a alteração, por meio de solução de consulta, da margem de presunção de lucro sobre receitas de operação e manutenção de infraestrutura. A decisão, segundo tributaristas, pode abrir uma nova frente de contencioso com a União.

Na Solução de Consulta nº 250, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), o órgão informa que a margem de presunção de lucro deve ser de 16% para o IRPJ e de 12% para a CSLL - até então, as empresas aplicavam 8% e 12%, respectivamente. Essa é a fatia sobre a qual incidirão as alíquotas dos **tributos** recolhidos pelas empresas que operam no regime do lucro presumido. Assim, uma margem maior significa que o imposto devido será mais alto, mesmo sem a alteração na alíquota.

Em 2018, na Solução de Consulta Cosit nº 259, a Receita já tinha determinado a aplicação de margem de presunção de lucro de 16% para o IRPJ, segundo o tributarista Diogo Olm Ferreira, sócio do VSBO Advogados. Mas a orientação teria sido revogada.

Desde então, em outras orientações sem efeito vinculante, a **Receita Federal** vinha adotando a margem de 8% para o IRPJ, conforme explica Ferreira. A da CSLL se manteve em 12%. A mudança de entendimento, sustenta o advogado, vai abrir uma nova frente de questionamentos judiciais.

Para Leonardo Lucci, tributarista do Gaia Silva Gaede, a mudança trouxe insegurança para o contribuinte. "É um risco relativamente alto continuar considerando a margem de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL. Embora os entendimentos judiciais sejam mais favoráveis aos contribuintes, existe o risco de autuação", diz.

A controvérsia vem a reboque de outra ainda maior, com o mesmo cerne de discussão: a separação, para fins contábeis, da fase de construção e de prestação de serviços das transmissoras de energia. Para adequar as empresas brasileiras ao sistema de demonstrações financeiras internacionais, a Lei nº 12.973, de 2014, instituiu a diferenciação das

atividades de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público (artigo 15, inciso III, alínea "e").

Em 2015, a Solução de Consulta Cosit nº 174 definiu que as receitas com construção da transmissora deveriam ser tributadas com base na nova previsão legal, que instituiu margem de presunção de lucro de 32% para o IRPJ e para a CSLL. Contra esse entendimento, muitos contribuintes se insurgiram na Justiça, e conseguiram decisão favorável.

Segundo levantamento de Diogo Olm Ferreira, foram proferidas desde 2015, em segunda instância, 30 decisões sobre o assunto. Deste total, 21 foram favoráveis aos contribuintes. Apenas os Tribunais Regionais Federais (TRFs) da 5ª e 6ª Regiões não analisaram o tema ainda.

Em abril, por exemplo, a 4ª Turma do TRF-2 negou um recurso da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional e manteve a margem de presunção de lucro de 8% para o IRPJ de uma transmissora. "Embora se possa alegar que a impetrante tenha assumido as obrigações de construir e de manter as instalações de transmissão, não se deve perder de vista que referidas incumbências se apresentam como meio necessário para viabilizar a atividade-fim (prestação do serviço de transmissão de energia elétrica)", diz o acórdão (processo nº 5005875-27.2019.4.02.5101).

Em maio de 2023, o TRF-3 também decidiu que uma transmissora "não é prestadora de serviços de construção civil estrito senso e nem a sua receita advém dessa espécie de atividade empresarial; ao contrário, é remunerada (receita anual permitida - RAP) em contrapartida aos serviços de transporte de carga (fornecimento de energia elétrica)" - (processo nº 5019886-78.2018.4.03.6100).

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), não há precedente colegiado, apenas uma decisão monocrática que avaliou o mérito, do ministro Francisco Falcão, de agosto de 2023, desfavorável ao contribuinte (AResp 2211982).

Para Celso Costa, sócio do Machado Meyer, ao também reafirmar o entendimento de presunção de lucro de 32% para a fase de construção na nova

solução de consulta, a Receita privilegia uma ficção contábil sobre a atividade real. "A natureza da empresa é transmitir energia elétrica. Ao construir uma nova linha, a empresa não está no negócio da construção, até porque na maior parte das vezes ela contrata uma construtora para fazer isso, terceiriza. Ela não está fazendo aquilo para ter receita de construção, mas para viabilizar o objeto-fim, de transmissão de energia", afirma.

Se a base para o questionamento judicial da margem de 32% está na definição que a Receita aplica para a etapa de construção, a instituição, nessa nova solução de consulta, da margem de 16% na operação e manutenção também pode gerar uma controvérsia semelhante, de acordo com Diogo Olm Ferreira. Isso porque, acrescenta, a Receita considera que o serviço prestado pelas transmissoras de energia é de transporte.

Segundo o artigo 15, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 12.973, acrescenta, a atividade de transporte deve ser tributada a partir de presunção de lucro de 16%, exceto nos casos de transporte de carga, cuja margem de presunção seria de 8%.

Até agora, a interpretação da Receita tinha sido de que o transporte de energia equivale ao de carga. Agora, com a nova normativa, ela passou a encarar a transmissão como um tipo de transporte "sui generis". Os tributaristas criticam essa interpretação.

"Se o transporte não for de carga, deve ser de seres humanos", diz Ferreira. "No caso da energia, que deve ser equiparada à mercadoria, tem que se tratar como transporte de carga." A energia é equiparada à carga para tributação pelo ICMS, aponta Celso Costa, e assim é tratada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "A Receita vem testando teses, o que é um horror. Depois, tem de lançar programas para reduzir a litigiosidade, todo ano surge um novo programa para resolver o problema que a própria Receita criou", diz.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

"A Receita testa teses e depois tem de lançar programas para reduzir a litigiosidade" Celso Costa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188030>

Sai 1º lote de quem caiu na malha fina

Da Redação

6.691 contribuintes mato-grossenses que caíram na malha fina da **Receita Federal do Brasil** recebem o primeiro lote de restituição. O valor do crédito repassado foi de R\$ 16.741.023,92. A restituição será depositada na conta-corrente ou na poupança informada pelo cidadão na declaração e quem optar por receber via Pix tem de informar a chave, desde que seja o seu CPF.

Assim como ocorre nos casos regulares, o pagamento da restituição para quem fez a declaração com algum tipo de inconsistência nos dados obedece critérios que priorizam idosos acima de 60 anos, portadores de deficiência física/mental ou doença grave e pessoas cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Segundo a autarquia, em todo o país, foram mais de 264,6 mil contribuintes que caíram na malha fina beneficiados com R\$ 700 milhões em restituições. (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Governo tem déficit do R\$ 22,4 bi

As contas do governo central tiveram um déficit de R\$ 22,4 bilhões em agosto, informou ontem o Tesouro Nacional. Esse foi o sétimo pior resultado para o mês, conforme a série histórica iniciada em 1997, em valores já corrigidos pela inflação. Mas é o melhor resultado para meses de agosto desde 2021. Naquele ano, o resultado deficitário tinha sido de R\$ 10,8 bilhões.

Em agosto do ano passado, o déficit primário foi de R\$ 26,7 bilhões.

As contas do governo central incluem Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social.

No acumulado do ano, o déficit primário somou R\$ 99,997 bilhões.

A cifra representa uma ligeira redução em relação ao resultado de janeiro a agosto do ano passado, quando o rombo totalizou R\$ 105,884 bilhões (em termos nominais).

Para 2024, o governo Lula mira um déficit de R\$ 28,8 bilhões.

Esse é o limite máximo permitido pela margem de tolerância da meta fiscal, cujo alvo central é zero. Mas o rombo efetivo será de R\$ 68,8 bilhões neste ano, com as despesas de combate à calamidade no Rio Grande do Sul e às queimadas e o pagamento de valores retroativos ao Judiciário gasto de R\$ 40,5 bilhões fora das regras fiscais em 2024.

Em agosto, a receita líquida apresentou elevação de 6,2% em termos reais (R\$ 8,8 bilhões), em comparação com o mesmo mês de 2023. Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com aumento de R\$ 2 bilhões, Imposto sobre a Renda (IR), alta de R\$ 6 bilhões, e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), elevação de R\$ 4,6 bilhões.

Do lado das despesas, houve aumento de 2% em termos reais (R\$ 3,3 bilhões) em agosto, contra mesmo mês do ano passado.

Destaca-se a alta de R\$ 4,6 bilhões em abono e seguro-desemprego, a elevação de R\$ 2,6 bilhões em benefícios previdenciários e de R\$ 1,2 bilhão no Benefício de Prestação Continuada (BBC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Em entrevista coletiva, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ressaltou que os números corroboram o cenário de acomodação das despesas no segundo semestre.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18123>

TST define correção de débitos trabalhistas

Luiza Calegari De São Paulo

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) definiu que as novas regras do Código Civil sobre correção monetária de dívidas, que entraram em vigor neste ano, devem ser aplicadas às ações trabalhistas. A decisão foi tomada pela Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1).

Deve-se aplicar a partir da citação, de acordo com o julgamento, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). E os juros de mora serão compostos pela Selic menos o IPCA. Se a Selic for menor que a **inflação** do período, a taxa será considerada zero.

A decisão, segundo especialistas, ainda não encerra a discussão sobre o tema, mas aponta uma direção para uniformizar os critérios da Justiça do Trabalho que, desde a edição das mudanças no Código Civil, vinha se dividindo sobre a sua aplicação.

Como a alteração nas regras de correção é recente, o colegiado só aplicou o entendimento a partir de sua vigência. Definiu que, na fase pré-judicial, incide o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E); do ajuizamento da ação até 29 de agosto, a Selic; e, a partir de 30 de agosto, na vigência das novas determinações do Código Civil, a incidência de IPCA como índice de atualização, e os juros calculados pela Selic descontado o IPCA (E-ED-RR 713-032010.5.04.0029).

O fatiamento mostra a sequência das normas usadas na correção de dívidas trabalhistas ao longo do tempo. Na vigência da Lei nº 8.177/1991, deveria ser aplicada a Taxa Referencial (TR) mais 1% de juros mensais. Como a TR ficou desatualizada e não houve nova norma sobre o tema, a Justiça do Trabalho passou a aplicar o IPCA-E, de acordo com o advogado Marcos Fantinato, sócio trabalhista do Machado Meyer Advogados.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o IPCA-E deveria ser usado para corrigir as dívidas na fase pré-judicial, mas que, a partir da citação, a correção e os juros deveriam seguir a Selic, até que fosse editada nova lei sobre o tema (ADCs 58 e 59).

Em junho de 2024, a Lei nº 14.905 alterou o Código Civil para prever que, na ausência de combinação, os contratos civis devem ser atualizados pelo IPCA

(artigo 389) e que, quando não pactuada previamente, a taxa de juros a ser adotada é a Selic, descontada a **inflação** (artigo 406).

Especialistas apontam que o principal ponto positivo da decisão do TST foi a agilidade para aplicar a nova legislação e apontar um direcionamento para o judiciário. Marcos Fantinato ressalta que, embora a decisão do TST não tenha caráter vinculante, tem "efeito persuasivo inegável".

Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia e Administração da USP, também elogia a agilidade na aplicação do entendimento. "Quando surge uma situação como essa, a Justiça do Trabalho normalmente demora anos para decidir. E o que foi decidido faz sentido econômico, é uma solução bastante razoável." Luciano Andrade Pinheiro, sócio do Corrêa da Veiga Advogados, lembra que muitos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) ainda estão "vacilantes" em relação à aplicação do Código Civil e "agora, com a nova regra, fica muito mais fácil de aplicar".

Por outro lado, não há consenso entre os especialistas a respeito de como fica a correção das dívidas antes da citação, já que o caso julgado pelo TST vinha correndo há anos, e o Código Civil não faz essa diferenciação.

Também não é possível prever com segurança quem vai se beneficiar com a mudança, segundo os advogados. Há quem defenda que a alteração será prejudicial para as empresas. Fernanda Pimentel, sócia na área de Direito Trabalhista e Previdenciário de Tozzini Freire Advogados, diz que a alteração "traz preocupação às empresas quanto à possibilidade de oneração excessiva de seus débitos trabalhistas".

Para Ricardo Calcini, professor e sócio do Calcini Advogados, a expectativa para os trabalhadores é de atualização dos créditos trabalhistas em comparação com o sistema atual. "Para as empresas, necessário será rever os provisionamentos decorrentes dos passivos trabalhistas." Por outro lado, Lúcio Fernandes Furtado, advogado do Cecilia Costa Advogados, que representou o trabalhador na ação, acredita que, apesar do aparente avanço, persiste o dano ao empregado, uma vez que "caso a inadimplência fosse de natureza civil e entre as mesmas partes, a indenização pela demora na quitação do débito seria maior". Para ele, "vale mais a pena para a empresa, ao buscar capital de giro, deixar de pagar dívidas

trabalhistas".

Existe ainda questionamento sobre adotar o Código Civil na Justiça do Trabalho. Paulo Roberto Fogarolli Filho, advogado trabalhista do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, diz que, como a Lei nº 8.177 não foi declarada inconstitucional pelo STF, apenas interpretada, ela continua vigente e, como norma específica para as dívidas trabalhistas, deve se sobrepor às alterações genéricas do Código Civil.

"O TST deveria ter adotado o posicionamento já definido pelo STF como critério de atualização do crédito trabalhista, considerando que a alteração trazida pela Lei nº 14.905/2024 não indica, de forma expressa, que os créditos trabalhistas estariam contemplados pela modificação legislativa", afirma.

Esse raciocínio vinha dividindo as instâncias inferiores. Uma decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) trouxe essa ressalva. "Uma vez que os débitos trabalhistas são definidos por legislação especial, a alteração promovida pela Lei nº 14.905/2024, de natureza geral, não se aplica aos débitos trabalhistas". Apesar dessa consideração, como o colegiado já tinha precedente a respeito, a Lei nº 4.905 foi aplicada ao caso (processo nº 0000178-22.2022.5.10.0018).

Já na la Vara do Trabalho de Santo André (SP), o entendimento foi pela não aplicação das regras do Código Civil. "A Lei nº 14.905/2024 não constitui a "solução legislativa" mencionada no item 5 da ementa, no voto e na conclusão do acórdão da ADC 58 do STF, visto que não se trata de norma específica para créditos trabalhistas", afirma a juíza na sentença (processo nº 1001214-58.2024.5.02.0431).

O processo analisado pelo TST opunha um trabalhador à AES Sul, hoje RGE, pertencente ao grupo CPFL, e à Fundação CEEE de **Seguridade Social** (Eletrocee). Procurada, a RGE informou que "está avaliando o teor da decisão e se manifestará oportunamente junto ao Judiciário sobre o tema". A defesa da Eletrocee não se manifestou.

"Embora a decisão não tenha caráter vinculante, tem efeito persuasivo inegável" Marcos Fantinato

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188030>

ITCMD e a tributação sobre bens no exterior - OPINIÃO JURÍDICA

Caren Benevento e advogada, sócia do escritório Benevento Schuch e pesquisadora do Grupo de Estudos do Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social da USP

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) é um tributo que incide sobre a transferência de bens, como imóveis, veículos ou direitos, em situações de herança ou doação. Sua base legal está prevista no artigo 155, inciso I, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988. A arrecadação do ITCMD é de competência dos Estados e do Distrito Federal, que o cobram de acordo com a localização dos bens ou o domicílio do doador, ou falecido.

Contudo, o ITCMD levanta questões significativas no campo jurídico, especialmente em relação à sua aplicação em casos de bens localizados no exterior. A Constituição estabelece que a cobrança desse tributo sobre bens situados fora do Brasil só poderia ocorrer mediante a edição de uma lei complementar (155, inciso I, parágrafo 1º, inciso III). No entanto, até o momento, essa lei não foi editada, criando um vácuo normativo que gera diferentes interpretações por parte de alguns Estados.

Ao longo dos últimos anos, alguns Estados brasileiros começaram a tentar aplicar o ITCMD em situações que envolvem bens localizados no exterior, com base na interpretação de que, na ausência de uma legislação específica, seria possível estender a aplicação do imposto. Essa iniciativa acabou sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), culminando no julgamento do Tema 825, que determinou que na ausência da lei complementar exigida pela Constituição, a cobrança do ITCMD em bens localizados no exterior é inconstitucional. Ou seja, sem uma regulamentação adequada, os Estados brasileiros não têm o direito de exigir esse imposto em transações que envolvam bens fora do país.

A situação mudou com a promulgação da Lei Complementar nº 132, que trouxe uma nova perspectiva para essa discussão, ao introduzir uma norma transitória que permite a cobrança do ITCMD em determinados casos. Além disso, o artigo 16 busca preencher o vazio deixado pela ausência da lei complementar e permite que o imposto seja cobrado pelo menos se um dos três envolvidos na transação-o bem, o doador ou o donatário-estiver localizado no

Brasil. Isso significa que, mesmo que o bem esteja situado fora do país, o imposto pode ser cobrado se o doador ou o donatário tiverem domicílio no Brasil.

Essa medida pode ser vista como uma forma de garantir que o tributo continue a ser arrecadado, mesmo em casos de heranças ou doações que envolvem bens no exterior, desde que haja um vínculo territorial com o Brasil. Por exemplo: se o bem estiver localizado no exterior, o donatário residir no exterior, mas o doador morar no Paraná, o Estado do Paraná terá competência para cobrar o imposto; ou se o bem estiver no exterior, o donatário residir no Paraná e o doador morar em Londres, o Estado do Paraná também terá a competência para exigir o ITCMD.

A norma transitória pode vir a ser contestada judicialmente, dada a sua natureza provisória e a ausência de uma lei complementar que preencha de forma definitiva o vácuo legal. Além disso, pode gerar insegurança jurídica em situações anteriormente isentas. A verdade é que o legislador já mostrou que tem interesse em tributar bens no exterior e está pavimentando o caminho para isso.

Paralelamente à criação da norma transitória, a discussão sobre o ITCMD foi incluída na segunda fase da **reforma tributária**, por meio do Projeto de Lei (PL) 108/2024. Esse projeto, que já teve seu texto-base aprovado pela Câmara dos Deputados, traz mudanças importantes para modernizar o sistema tributário brasileiro.

O PL 108/2024 regulamenta a criação e a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e propõe ajustes nas regras de incidência do ITCMD. De acordo com o texto aprovado, as regras sobre bens imóveis permanecem válidas: a competência será do Estado onde o bem estiver localizado. Para bens móveis, no entanto, o projeto traz uma inovação importante: independentemente de onde estiver localizado o bem, o ITCMD será devido ao Estado onde reside o doador, ou ao Estado onde reside o donatário, caso o doador more no exterior.

Um exemplo prático seria se o doador reside no exterior, mas o donatário mora no Brasil, o Estado brasileiro onde reside o donatário terá a competência para cobrar o imposto, mesmo que o bem esteja fora do país. Essa mudança simplifica o processo

representa um avanço na tentativa de harmonizar as regras de cobrança especialmente em transações internacionais.

A introdução de uma norma transitória foi uma tentativa de antecipar uma solução que ainda não foi plenamente desenvolvida. Embora o legislador tenha mostrado interesse em tributar bens no exterior, essa transição ainda carece de uma base jurídica sólida e de um marco regulatório.

Outro desafio é a possibilidade de judicialização das novas regras, especialmente no que diz respeito à constitucionalidade da norma transitória. A decisão do STF sobre o Tema 825 ainda serve como um importante precedente, o que pode levar a novos conflitos legais entre contribuintes e Estados que tentarem aplicar o ITCMD com base nessa nova regulamentação.

A regulamentação definitiva que resolverá as lacunas existentes está representada no texto do PL 108/2024, já aprovado pela Câmara dos Deputados e que segue para a votação no Senado Federal. Ainda há um caminho a ser percorrido para garantir que o imposto seja aplicado de forma justa e constitucional e ofereça segurança jurídica tanto para os Estados quanto para os contribuintes.

Caren Benevento é advogada, sócia do escritório Benevento Schuch e pesquisadora do Grupo de Estudos do Direito Contemporâneo do Trabalho e da **Seguridade Social** da USP

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188030>

Primeira parcela do 13º deve ser paga até o dia 30; veja quem recebe e como é calculado

Felipe Bramucci

O pagamento do 13º salário de 2024 para trabalhadores com carteira assinada deve ser feito em parcela única ou em duas parcelas: a primeira até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro.

O 13º é um direito garantido pela Constituição a todos os trabalhadores formais com carteira assinada. O benefício também se estende a aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), além de trabalhadores rurais, domésticos e **servidores públicos**.

COMO O 13º É CALCULADO?

O pagamento é calculado com base no salário do funcionário, levando em consideração os meses trabalhados no ano. Para cada mês com, no mínimo, 15 dias de trabalho, o profissional tem direito a 1/12 do seu salário. Caso o trabalhador tenha recebido horas extras, adicional noturno, de insalubridade, comissões ou outros adicionais de forma recorrente, esses valores entram na base de cálculo do 13º.

COMO É FEITO O PAGAMENTO?

Os pagamentos podem ser feitos de três formas: em parcela única até 30 de novembro, junto com as férias (se solicitado com antecedência ao empregador), ou em duas vezes, com a segunda parcela paga até 20 de dezembro.

A segunda parcela geralmente é menor, já que também podem ser descontados contribuição previdenciária ao **INSS**, IR (Imposto de Renda), faltas ou atrasos não justificados, entre outros. As alíquotas de desconto variam de acordo com a faixa salarial do trabalhador e o desconto do IR é feito exclusivamente na fonte, ou seja, separado de outros rendimentos pagos no mês.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O EMPREGADO TEM PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA?

A decisão final é do empregador. A legislação define que o 13º salário deve ser pago em duas parcelas, exceto se o empregador optar por pagar o valor integral até o prazo da primeira parcela. É possível antecipar metade do 13º junto com as férias, desde que o funcionário solicite e o empregador aceite.

E SE O EMPREGADOR NÃO PAGAR?

Se a empresa não pagar o 13º salário e as tentativas com o RH e a diretoria falharem, o empregado pode denunciar ao sindicato, ao Ministério Público do Trabalho ou buscar indenização na Justiça do Trabalho.

QUANDO OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS RECEBEM O 13º?

Os aposentados e pensionistas do **INSS** já receberam o 13º salário de 2024 de forma antecipada. A primeira parcela foi paga entre 24 de abril e 8 de maio, enquanto a segunda foi depositada entre 24 de maio e 7 de junho.

Novos aposentados e pensionistas que passaram a receber o benefício previdenciário a partir de junho deste ano vão receber o 13º do **INSS** em parcela única, em novembro. O pagamento será feito conforme o calendário habitual de benefícios, entre 25 de novembro e 6 de dezembro.

Quem recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada) não tem direito ao 13º.

COMO É O PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES FEDERAIS?

O pagamento do 13º salário para servidores federais seguiu o formato já estabelecido na legislação, dividido em duas parcelas: a primeira, paga em julho ou antecipada junto às férias, caso o servidor escolha essa opção, e a segunda, até o dia 20 de dezembro.

Como medida de apoio emergencial neste ano, servidores federais do Rio Grande do Sul receberam uma antecipação parcial da segunda parcela do 13º, em resposta ao estado de calamidade causado por eventos climáticos extremos.

Em julho, foi pago R\$ 1,68 bilhão na primeira parcela

do 13º salário a 1,2 milhão de servidores, aposentados e pensionistas do Executivo Federal, com exceção dos militares. A previsão para a segunda parcela, em dezembro, é de R\$ 3,2 bilhões.

COMO É O PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO?

Os funcionários públicos do estado de São Paulo recebem 50% do valor do 13º salário no mês de aniversário. A outra metade é paga em dezembro. Em 2023, a folha de pagamento do 13º salário incluiu um total de 405.466 servidores estaduais.

O QUE MAIS PRECISO SABER?

Profissionais contratados em 2024 recebem o 13º salário de forma proporcional, calculado com base nos meses trabalhados durante o ano.

O pagamento é garantido mesmo durante a licença-maternidade, já que o contrato de trabalho é mantido, ainda que suspenso. Temporários e aprendizes também têm direito ao 13º salário, enquanto aqueles com contrato por tempo determinado recebem o valor proporcional ao período trabalhado. Já os estagiários não possuem direito ao 13º salário, pois não são regidos pela CLT.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), cerca de 87,7 milhões de brasileiros foram beneficiados com rendimento adicional de, em média, de R\$ 3.057 em 2023.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/primeira-parcela-do-13o-deve-ser-paga-ate-o-dia-30-veja-quem-recebe-e-como-e-calculado.shtml>

INSS paga 13º em novembro para novos beneficiários; veja calendário e quem recebe

Cristiane Gercina

Aposentados e pensionistas que conquistaram o benefício previdenciário a partir de junho deste ano vão receber o 13º do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em parcela única, em novembro. O pagamento será feito conforme o calendário habitual de benefícios, a partir de 25 de novembro.

Recebe primeiro quem tem direito a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412. Depois, a partir de 2 de novembro, é depositada gratificação natalina para quem tem direito a valor maior. Os depósitos terminam em 6 de dezembro.

Serão feitos 1,7 milhão de pagamentos para mais de 1 milhão de beneficiários, totalizando R\$ 1,3 bilhão. Há cidadãos que recebem mais de um benefício e, portanto, têm direito a mais de um 13º.

O 13º do **INSS** foi pago a mais de 33 milhões de beneficiários em abril e maio deste ano, de forma antecipada, como vem ocorrendo desde 2020, início da pandemia de Covid-19.

Tem direito à gratificação quem recebe aposentadoria, pensão e benefícios por incapacidade como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

No caso do auxílio-doença e do auxílio-acidente, que são temporários, o pagamento é feito de forma proporcional, conforme o número de meses do benefício até a data de depósito da gratificação natalina.

Segundo a advogada Adriane Bramante, neste casos, se ficar algum valor pendente, ele é quitado ao final do pagamento da renda. Benefícios como BPC (Benefício de Prestação Continuada) e RMV (Renda Mensal Vitalícia) não têm direito.

Receberá o 13º do **INSS** em novembro quem se aposentou ou passou a ganhar um benefício previdenciário entre os meses de junho e outubro. A parcela será paga de uma única vez, na competência

de novembro, entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro.

Haverá o desconto do Imposto de Renda a quem se enquadra nas regras para pagar o tributo. Por lei do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quem ganha até dois salários mínimos está isento do IR. Benefícios por doenças graves, que dão isenção, também não pagam imposto.

Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos têm direito a uma cota exata de isenção do Imposto de Renda a partir do mês em que fazem aniversário. Com isso, pagam menos IR que os demais ou não terão a cobrança do tributo.

Segundo o **INSS**, foi pago 13º a 33,7 milhões de segurados em abril e maio, totalizando, 70 milhões de pagamentos, que somaram R\$ 102 bilhões.

Adriane Bramante afirma que a antecipação do benefício sempre foi uma reivindicação dos aposentados e vê como positiva a liberação dos valores, especialmente para sanar dificuldades financeiras.

"Acho importante porque foram pagos em momentos de emergência, quando tivemos a pandemia, ou nas enchentes do Rio Grande do Sul. As antecipações ajudam a evitar que o beneficiário contrate consignado ou caia nas mãos de agiotas desnecessariamente."

Os aposentados são favoráveis à antecipação, mas defendem o pagamento de um 14º benefício, porque, segundo alegam, ao receber no primeiro semestre, ficam sem renda extra no segundo semestre, justamente quando é celebrado o Natal e o Ano-novo.

Projeto propondo um 14º do **INSS** foi apresentado na Câmara dos Deputados em 2020, pelo deputado Pompeu de Mato (PDT-RS), e no Senado em 2021, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), após iniciativa de um advogado de São Paulo que recolheu mais de 43 mil assinaturas em favor da medida.

Os projetos não prosperaram e não devem mais tramitar. O da Câmara ficou parado em comissão especial e o do Senado teve a tramitação prejudicada.

Para benefícios no valor do salário mínimo

Para quem recebe mais do que o salário mínimo

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/inss-paga-13o-em-novembro-para-novos-beneficiarios-veja-calendario-e-quem-recebe.shtml>

Primeira parcela do 13º deve ser paga até o dia 30; veja quem recebe e como é calculado (salário)

Felipe Bramucci

O pagamento do 13º salário de 2024 para trabalhadores com carteira assinada deve ser feito em parcela única ou em duas parcelas: a primeira até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro.

O 13º é um direito garantido pela Constituição a todos os trabalhadores formais com carteira assinada. O benefício também se estende a aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), além de trabalhadores rurais, domésticos e **servidores públicos**.

COMO O 13º É CALCULADO?

O pagamento é calculado com base no salário do funcionário, levando em consideração os meses trabalhados no ano. Para cada mês com, no mínimo, 15 dias de trabalho, o profissional tem direito a 1/12 do seu salário. Caso o trabalhador tenha recebido horas extras, adicional noturno, de insalubridade, comissões ou outros adicionais de forma recorrente, esses valores entram na base de cálculo do 13º.

COMO É FEITO O PAGAMENTO?

Os pagamentos podem ser feitos de três formas: em parcela única até 30 de novembro, junto com as férias (se solicitado com antecedência ao empregador), ou em duas vezes, com a segunda parcela paga até 20 de dezembro.

A segunda parcela geralmente é menor, já que também podem ser descontados contribuição previdenciária ao **INSS**, IR (Imposto de Renda), faltas ou atrasos não justificados, entre outros. As alíquotas de desconto variam de acordo com a faixa salarial do trabalhador e o desconto do IR é feito exclusivamente na fonte, ou seja, separado de outros rendimentos pagos no mês.

O EMPREGADO TEM PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA?

A decisão final é do empregador. A legislação define que o 13º salário deve ser pago em duas parcelas,

exceto se o empregador optar por pagar o valor integral até o prazo da primeira parcela. É possível antecipar metade do 13º junto com as férias, desde que o funcionário solicite e o empregador aceite.

E SE O EMPREGADOR NÃO PAGAR?

Se a empresa não pagar o 13º salário e as tentativas com o RH e a diretoria falharem, o empregado pode denunciar ao sindicato, ao Ministério Público do Trabalho ou buscar indenização na Justiça do Trabalho.

QUANDO OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS RECEBEM O 13º?

Os aposentados e pensionistas do **INSS** já receberam o 13º salário de 2024 de forma antecipada. A primeira parcela foi paga entre 24 de abril e 8 de maio, enquanto a segunda foi depositada entre 24 de maio e 7 de junho.

Novos aposentados e pensionistas que passaram a receber o benefício previdenciário a partir de junho deste ano vão receber o 13º do **INSS** em parcela única, em novembro. O pagamento será feito conforme o calendário habitual de benefícios, entre 25 de novembro e 6 de dezembro.

Quem recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada) não tem direito ao 13º.

COMO É O PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES FEDERAIS?

O pagamento do 13º salário para servidores federais seguiu o formato já estabelecido na legislação, dividido em duas parcelas: a primeira, paga em julho ou antecipada junto às férias, caso o servidor escolha essa opção, e a segunda, até o dia 20 de dezembro.

Como medida de apoio emergencial neste ano, servidores federais do Rio Grande do Sul receberam uma antecipação parcial da segunda parcela do 13º, em resposta ao estado de calamidade causado por eventos climáticos extremos.

Em julho, foi pago R\$ 1,68 bilhão na primeira parcela do 13º salário a 1,2 milhão de servidores, aposentados e pensionistas do Executivo Federal, com exceção dos militares. A previsão para a segunda parcela, em dezembro, é de R\$ 3,2 bilhões.

COMO É O PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO?

Os funcionários públicos do estado de São Paulo recebem 50% do valor do 13º salário no mês de aniversário. A outra metade é paga em dezembro. Em 2023, a folha de pagamento do 13º salário incluiu um total de 405.466 servidores estaduais.

O QUE MAIS PRECISO SABER?

Profissionais contratados em 2024 recebem o 13º salário de forma proporcional, calculado com base nos meses trabalhados durante o ano.

O pagamento é garantido mesmo durante a licença-maternidade, já que o contrato de trabalho é mantido, ainda que suspenso. Temporários e aprendizes também têm direito ao 13º salário, enquanto aqueles com contrato por tempo determinado recebem o valor proporcional ao período trabalhado. Já os estagiários não possuem direito ao 13º salário, pois não são regidos pela CLT.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), cerca de 87,7 milhões de brasileiros foram beneficiados com rendimento adicional de, em média, de R\$ 3.057 em 2023.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/primeira-parcela-do-13o-deve-ser-paga-ate-o-dia-30-veja-quem-recebe-e-como-e-calculado.shtml>

INSS paga 13º em novembro para novos beneficiários; veja calendário e quem recebe (Previdência)

Cristiane Gercina

Aposentados e pensionistas que conquistaram o benefício previdenciário a partir de junho deste ano vão receber o 13º do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em parcela única, em novembro. O pagamento será feito conforme o calendário habitual de benefícios, a partir de 25 de novembro.

Recebe primeiro quem tem direito a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412. Depois, a partir de 2 de novembro, é depositada gratificação natalina para quem tem direito a valor maior. Os depósitos terminam em 6 de dezembro.

Serão feitos 1,7 milhão de pagamentos para mais de 1 milhão de beneficiários, totalizando R\$ 1,3 bilhão. Há cidadãos que recebem mais de um benefício e, portanto, têm direito a mais de um 13º.

O 13º do **INSS** foi pago a mais de 33 milhões de beneficiários em abril e maio deste ano, de forma antecipada, como vem ocorrendo desde 2020, início da pandemia de Covid-19.

Tem direito à gratificação quem recebe aposentadoria, pensão e benefícios por incapacidade como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.

No caso do auxílio-doença e do auxílio-acidente, que são temporários, o pagamento é feito de forma proporcional, conforme o número de meses do benefício até a data de depósito da gratificação natalina.

Segundo a advogada Adriane Bramante, neste caso, se ficar algum valor pendente, ele é quitado ao final do pagamento da renda. Benefícios como BPC (Benefício de Prestação Continuada) e RMV (Renda Mensal Vitalícia) não têm direito.

Receberá o 13º do **INSS** em novembro quem se aposentou ou passou a ganhar um benefício previdenciário entre os meses de junho e outubro. A parcela será paga de uma única vez, na competência de novembro, entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro.

Haverá o desconto do Imposto de Renda a quem se enquadra nas regras para pagar o tributo. Por lei do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quem ganha até dois salários mínimos está isento do IR. Benefícios por doenças graves, que dão isenção, também não pagam imposto.

Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos têm direito a uma cota extra de isenção do Imposto de Renda a partir do mês em que fazem aniversário. Com isso, pagam menos IR que os demais ou não terão a cobrança do tributo.

Segundo o **INSS**, foi pago 13º a 33,7 milhões de segurados em abril e maio, totalizando 70 milhões de pagamentos, que somaram R\$ 102 bilhões.

Adriane Bramante afirma que a antecipação do benefício sempre foi uma reivindicação dos aposentados e vê como positiva a liberação dos valores, especialmente para sanar dificuldades financeiras.

"Acho importante porque foram pagos em momentos de emergência, quando tivemos a pandemia, ou nas enchentes do Rio Grande do Sul. As antecipações ajudam a evitar que o beneficiário contrate consignado ou caia nas mãos de agiotas desnecessariamente."

Os aposentados são favoráveis à antecipação, mas defendem o pagamento de um 14º benefício, porque, segundo alegam, ao receber no primeiro semestre, ficam sem renda extra no segundo semestre, justamente quando é celebrado o Natal e o Ano-novo.

Projeto propondo um 14º do **INSS** foi apresentado na Câmara dos Deputados em 2020, pelo deputado Pompeu de Mato (PDT-RS), e no Senado em 2021, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), após iniciativa de um advogado de São Paulo que recolheu mais de 43 mil assinaturas em favor da medida.

Os projetos não prosperaram e não devem mais tramitar. O da Câmara ficou parado em comissão especial e o do Senado teve a tramitação prejudicada.

Para benefícios no valor do salário mínimo

Para quem recebe mais do que o salário mínimo

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/inss-paga-13o-em-novembro-para-novos-beneficiarios-veja-calendario-e-quem-recebe.shtml>

Regulamentação da reforma tributária avança - ENTRE ASPAS

O Grupo de Trabalho (GT) da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado acolheu as propostas do SindusCon-SP e de outras entidades da indústria imobiliária, sobre a regulamentação da **reforma tributária**, em relação ao regime específico do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para as operações de construção e incorporação.

O relatório do GT foi entregue nesta semana por seu coordenador, o senador Izalci Lucas (PL/DF), ao senador Eduardo Braga (MDB/ AM), relator do Projeto de Lei Complementar 68 no Senado. O documento recomendou a redução em 60% da alíquota do IVA para as operações imobiliárias.

No relatório, Izalci Lucas alertou corretamente que, a prevalecer a redução de apenas 40% aprovada na Câmara dos Deputados, o aumento da carga tributária da indústria imobiliária "poderá ser superior a 50% da carga atual, o que impactará na oferta de imóveis e, conseqüentemente, ampliará o déficit habitacional".

O GT também recomendou a redução de 80% do IVA para locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis - em vez dos 60% aprovados na Câmara.

Outra proposta acolhida foi a criação de um período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027. Permite que contribuintes optem pelo recolhimento da Contribuição e do Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS) com base em alíquotas específicas e sem direito à apropriação de créditos, para incorporações imobiliárias, vendas de imóveis e parcelamento do solo, e locações ou cessões onerosas de imóveis.

O GT também acolheu proposta do setor, para que o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos se aplique aos vigentes e a propostas apresentadas antes da nova lei complementar. E recomendou a redução do prazo de análise de pedidos de reequilíbrio de 90 para 60 dias, com prorrogação permitida.

"GT do Senado acolheu propostas de aperfeiçoamento ao projeto de lei"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senadores querem estender debate para evitar que Câmara mude o texto

**DANIEL WETERMAN MARIANA CARNEIRO ALVARO
GRIBEL BRASÍLIA**

Os senadores à frente da **reforma tributária** querem alongar a discussão da proposta de regulamentação para evitar "perder" o texto para a Câmara e ver eventuais alterações serem rejeitadas pelos deputados.

O primeiro projeto que regulamenta a mudança no sistema de tributação do País foi aprovado pela Câmara em julho e, desde então, está no Senado.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a intenção é votar a proposta no dia 4 de dezembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, logo depois, no plenário.

Se o Senado fizer alterações no texto, o projeto terá de voltar para a Câmara, que pode confirmar ou não as mudanças e mandar a regulamentação para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo quer concluir a aprovação ainda neste ano, antes da troca dos presidentes das duas Casas legislativas.

Na quarta-feira, a Câmara concluiu a votação do texto da segunda parte da regulamentação da reforma, que também será encaminhado ao Senado.

O temor dos senadores é de que a Câmara, simplesmente, rejeite eventuais mudanças feitas pelo Senado. Por isso, querem usar o tempo para forçar uma negociação.

O relator da reforma, senador Eduardo Braga (MDBAM), deu início na terça-feira a um calendário de audiências públicas na CCJ, até o dia 14 de novembro. Ele busca combinar alterações com a Câmara e com o governo para evitar um "desperdício" de trabalho.

Braga vem repetindo que só quer aprovar um relatório em concordância com a Câmara e com o governo.

"Acho que o presidente (Rodrigo Pacheco) está colocando cada vez mais a barra alta para a gente correr atrás", disse o relator, ao comentar a data marcada por Pacheco e a quantidade de sugestões de alteração apresentadas pelos colegas na Casa.

"Não será antes do fim de novembro, eu não tenho, fisicamente, como fazê-lo. É impossível analisar as 1,6 mil emendas apresentadas até agora em uma semana." "META OUSADA". Braga evitou se comprometer com uma data para a votação, mas disse que perseguirá a meta de Pacheco.

"O presidente Rodrigo estabelece uma meta ousada, e nós estamos correndo atrás para conseguir cumprir a meta que ele colocou. Mas, óbvio que a tarefa não é simples, é árdua, não é simples." A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentou na terça-feira o relatório do grupo de trabalho criado para acompanhar a regulamentação da reforma no Senado.

O texto, relatado pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), tem 473 páginas e traz mudanças em 70 pontos da regulamentação aprovada pela Câmara.

"Torço para que esse assunto seja votado. Eu tentei com o governo, antes do relatório, tratar item a item. E a informação que o governo me deu foi: não discuto com a CAE, só com o relator (da CCJ)", disse Izalci.

Os membros da comissão querem que o projeto também passe pelo colegiado, e não só pela CCJ e pelo plenário, o que alongaria ainda mais a tramitação.

"É uma matéria que tinha de passar pela CAE. Fizemos o dever de casa", disse o presidente da CAE, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

A ideia não é aceita por Pacheco, mas é usada por parlamentares para defender um "jogo duro" com a Câmara e fazer valer a vontade da Casa.

"A relação entre a Câmara e o Senado não tem sido respeitosa.

O que é feito aqui pode simplesmente ir para o lixo ou para a gaveta", diz a senadora Dorinha Seabra (União-TO), vice-líder do governo, durante a reunião da comissão.

CARGA TRIBUTÁRIA. Questionado sobre se o texto do Senado representará um aumento da carga tributária, o relator Eduardo Braga disse que, se o modelo discutido no Congresso for colocado em prática, é possível haver uma redução da alíquota no

futuro.

"Se esse modelo funcionar como está sendo apresentado na teoria, a primeira consequência que terá é a redução brutal da sonegação de imposto.

Só a sonegação é responsável por um aumento da carga tributária da ordem de 20%.

Os mais otimistas dizem que, se a sonegação e o planejamento fiscal, o contencioso judicial tributário, for reduzido drasticamente, fará com que a alíquota reduza olhando para o futuro", afirmou o senador.

"O presidente Rodrigo (Pacheco) estabelece uma meta ousada, e nós estamos correndo" Eduardo Braga, senador, relator do projeto de regulamentação da **reforma tributária**

-

Câmara quer texto a tempo para que seja revisado

Apesar da intenção dos senadores de postergar, ao máximo, a conclusão do projeto de regulamentação da **reforma tributária**, os deputados, por sua vez, dizem acreditar que o texto deve retornar à Câmara no início de dezembro, a tempo para que seja revisto pela Casa e, só depois disso, para ser enviado para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes do fim do ano ainda - como planeja o governo.

O argumento é de que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, assim como Arthur Lira (PP-AL), que preside a Câmara, têm interesse de deixar como legado a aprovação da reforma e a sua principal regulamentação, o que gera pressões nas duas Casas para que a votação da parte mais importante da regulamentação da reforma não seja adiada.

Um indício disso é que Lira colocou na pauta de votação da Câmara nesta semana e concluiu, ainda na quarta-feira, a aprovação do segundo texto da regulamentação. A equipe econômica defende a conclusão da regulamentação ainda neste ano para não atrasar a implantação da nova tributação sobre o consumo, a partir de 2027.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Milionários pagam menos impostos que classe média, aponta Ipea

Oussama El Ghaouri - repórter da Rádio Nacional

Os milionários pagam proporcionalmente menos **impostos** no Brasil do que os trabalhadores da classe média.

Essa é a conclusão de um estudo do Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgado nesta semana.

O levantamento analisou os **impostos** sobre a renda das pessoas físicas e os lucros das empresas para entender a progressividade.

Ou seja, como a taxa de **impostos** aumenta conforme a renda cresce. Esse princípio é comum em muitos países para garantir uma distribuição mais justa dos **impostos**.

A conclusão é que no Brasil a progressividade é muito baixa ou até inexistente entre os mais ricos.

Uma das razões está relacionada com os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas aos seus sócios, como explica o pesquisador do Ipea, Sérgio Gobetti.

Além disso, o estudo mostra que a tributação do lucro das empresas é bem menor do que os 34% previstos em lei.

Mesmo se somarmos o imposto pago sobre o lucro das empresas com o imposto pago pelos sócios, não se percebe progressividade na tributação, como explica Gobetti.

E se ainda todo o imposto das empresas fosse pago pelos sócios, a taxa média de imposto seria no máximo 14,2% para quem tem renda média mensal de R\$ 43 mil.

Esse é o mesmo percentual para calcular o Imposto de Renda de quem ganha R\$ 6 mil por mês. E se a renda dos sócios dobrar, a taxa cai para 13,3%.

O estudo defende uma revisão dos regimes especiais para eliminar distorções e excessos. E uma **reforma tributária** focada na renda, não só no consumo.

Lembrando que a **reforma tributária** foi sancionada

no final do ano passado pelo presidente Lula e agora está em processo de regulamentação no Congresso Nacional.

Nessa quarta-feira, durante o evento da Nova Indústria Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou sobre os próximos passos da **reforma tributária**.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-11/milionarios-pagam-menos-impostos-que-classe-media-aponta-ipea>

Reforma Tributária aumentará preços de 600 mil itens, alerta tributarista

A **Reforma Tributária** levará ao aumento de preços de quase 600 mil itens, entre produtos e serviços, e impactará empresas fornecedoras enquadradas no Simples Nacional. Além disso, a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - constituído pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - pode chegar a 30,3%, acima dos 26,5% até então divulgados. O alerta foi feito pelo advogado tributarista Lucas Ribeiro, fundador e CEO da ROIT, empresa de inteligência artificial para a gestão fiscal, contábil e financeira de organizações.

Ribeiro apresentou a análise em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) para discutir a regulamentação da reforma. A fala chamou a atenção por lançar luz em detalhes que até então estavam passando despercebidos.

O estudo apresentado por Ribeiro se fundamenta em ampla base de dados da própria ROIT, especializada em atender empresas de várias atividades econômicas enquadradas, principalmente, no regime Lucro Real, com obrigações acessórias do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), da **Receita Federal** e documentos fiscais. Foram compiladas as informações de 837 empresas de todo o país, que juntas faturam R\$ 470 bilhões ao ano.

O especialista explica que a análise do impacto da **Reforma Tributária** deve se voltar cuidadosamente para o recálculo dos preços de compra de mercadorias, serviços e outros itens hoje não tributados, como é o caso do comodato, da locação de bens móveis e imóveis, dos empréstimos tomados, entre diversos outros. "Até os pontos de programas de fidelidade serão tributados!", discorre o especialista.

O cálculo precisa considerar os **tributos** incidentes em toda a cadeia, para que só então inserir os novos **tributos**. A partir dessa recomposição é que se torna possível definir os novos preços de venda, para garantir que a margem não seja comprometida com o novo sistema. Essa é uma das razões pela qual uma empresa não pode se pautar pela mudança das alíquotas e precisa se atentar para a mudança de preços, item a item, desde já.

Ribeiro constata que, em muitos casos, as empresas

estão interpretando a **Reforma Tributária** de maneira equivocada, preocupadas com a alíquota, quando deveriam se preocupar com a base de cálculo, que será muito mais ampla.

Nesse sentido, o levantamento identifica quase 600 mil itens (584 mil, para ser exato) que precisarão sofrer aumento. São produtos e serviços dos mais variados tipos. Já por parte do Fisco, para não haver perda de arrecadação, Ribeiro adverte que é impossível, nas condições postas, que a alíquota do IVA dual seja de fato apenas 26,5%, considerando o cenário dessas empresas analisadas.

"Para entendermos o impacto da Reforma, precisamos ver a base de arrecadação. E o projeto de lei complementar 68/2024 tem 28 páginas e mais de 20 artigos para definir cálculo de 'neutralidade'. É complexo projetar esse cálculo, sem estarmos em risco de uma majoração extrema de arrecadação entre 2027 e 2029", diz ele.

Por isso, Ribeiro chama o IVA da **Reforma Tributária** de "lvão", com características que fogem ao conceito de imposto sobre valor adicionado aplicado no mundo. "Ele [IVA] se identifica como simples, ele se diz neutro e tudo mais, mas ele pula carnaval, ele come feijoada, bebe caipirinha... É um IVA muito diferente, é um IVA muito especial, é um IVA brasileiro, e nós temos que tomar todos os cuidados com ele."

Outro aspecto que merece cuidado e vem sendo negligenciado é o impacto da **Reforma Tributária** sobre as empresas do Simples Nacional. Isso porque esse segmento se caracteriza como fornecedor e cliente de grandes empresas, inseridas no Lucro Real, cuja tributação passa a ser alterada, entre outros aspectos, pela geração de créditos tributários financeiros, ou seja, o crédito corresponderá apenas ao valor efetivamente recolhido. Ocorre que adquirir de empresas do Simples não resultará em geração de créditos integrais, reduzindo a competitividade dessas empresas.

Desse modo, as grandes companhias podem perder R\$ 1 bilhão em créditos, por comprarem, atualmente, R\$ 6,4 bilhões em bens e serviços. A fim de não arcar com essa perda, um risco é que as empresas do Lucro Real dispensem, então, fornecedores do Simples Nacional, o que seria um estrago para esse segmento.

A saída apontada é as empresas do Simples migrarem para o Regime Regular, com o IBS e a CBS apurados como se estivessem no Lucro Real, o que é complexo. "São 6 milhões de empresas no Simples Nacional, que não estão habituadas com a complexidade do regime tributário não cumulativo. Migrar exige sistemas, processos, cultura, conhecimento; exige investimentos", argumenta o tributarista.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-aumentara-precos-de-600-mil-itens-alerta-tributarista,60cc2fc2e72f0ef2d77505cfbf4c7fb134j5e594.html>

Alta do ICMS dos combustíveis vai superar a inflação - ACERTO DE CONTAS

Giane Guerra com Guilherme Jacques e Guilherme Gonçalves
giane.guerra@rdgaucha.com.br
guillwme.jacques@rdgaucha.com.br |
guilherme.goncalves@zerohora.com.br

Já o imposto sobre o gás liquefeito de petróleo (GLP, gás de cozinha) e gás liquefeito derivado de gás natural (GLGN) terá uma pequena redução. O valor do tributo passará de R\$ 1,41 para R\$ 1,39, diminuição de R\$ 0,02.

Nas bombas O repasse às bombas, para o consumidor, tende a ser imediato. O setor não projeta preços.

João Carlos DalAqua, presidente do sindicato que representa os postos de combustíveis, o Sulpetro-RS, afirma que o valor fixo trouxe previsibilidade, mas enfatiza que o aumento supera a inflação.

- Enfim, nossa batalha é que todos paguem o ICMS - diz ele, que se reuniu nesta semana com a Receita Estadual reforçando a importância de se combater a sonegação de **impostos** em combustíveis. _ O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis vai subir em 1o de fevereiro de 2025 para gasolina, etanol e diesel; e vai cair para o gás. O reajuste foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne Ministério da Fazenda e secretarias estaduais. Vale para todo o país, inclusive no Rio Grande do Sul.

Embora seja um tributo estadual, o valor passou a ser nacional após lei de 2022, pela qual também deixou de ser um percentual aplicado em cima de um valor estimado de venda. O último aumento entrou em vigor em fevereiro de 2024.

Na gasolina e no etanol, a alíquota, que é fixa, subirá de R\$ 1,37 para R\$ 1,47. A alta de R\$ 0,10 representa aumento de 7,3%, acima da inflação acumulada em 12 meses, que está em 4,47%.

Para diesel e biodiesel, passará de R\$ 1,06 para R\$ 1,12, aumento de R\$ 0,06. Ou seja, alta de 5,7%.

Trava em financiamentos chega ao Minha Casa Minha Vida

As dificuldades para contratar financiamentos de

imóveis com a Caixa Econômica Federal chegaram ao Minha Casa Minha Vida (MCMV), programa de habitação popular do governo federal. Os problemas estão ocorrendo nas faixas 1 e 2, destinadas às famílias com rendas menores (veja tabela abaixo). O problema é a falta de repasse do valor do subsídio pelo Executivo ao banco. A faixa 3 é a única que está com a contratação normalizada, diz a diretora de Assuntos Habitacionais do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul (Sindimoveis-RS), Simone Carvalho. Os recursos do MCMV são oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Faixas por renda bruta familiar

FAIXA 1

- Até R\$ 2.640 por mês (urbana)

- Até R\$ 31.680 por ano (rural)

FAIXA 2

- De R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400 por mês (urbana)

- De R\$ 31.608,01 a R\$ 52.800 por ano (rural)

FAIXA 3

- De R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000 por mês (urbana)

- De R\$ 52.800,01 a R\$ 96.000 por ano (rural)

Lembrando que hoje entram em vigor as regras mais restritivas para financiamento de imóveis na Caixa com recursos da caderneta de poupança. O preço não poderá passar de R\$ 1,5 milhão, a cota de empréstimo será menor (aumentando o valor da entrada) e não será autorizado contrato de quem já tem financiamento de outro imóvel em andamento

AMAZON ABRE 200 EMPREGOS NO RS A expansão da logística da Amazon no RS levou à abertura de 200 empregos nas suas terceirizadas de entrega para esta Black Friday. A gigante do comércio eletrônico instalou uma operação em Canoas como apoio ao seu centro de distribuição em Nova Santa Rita.

Sede dividida

Plataforma de investimentos em startups, a Captable resolveu compartilhar com outras empresas a sua sede, no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre. O Capital.hub tem espaço para 115 profissionais. Sobram 30. Três parceiras já se mudaram: Rock, Preâmbulo Bank e Ascenda Wealth.

- Aumenta a indicação de clientes e melhora resultados. Nosso faturamento já cresceu 15% desde que adotamos o modelo - explica o CEO Paulo Deitos.

A Captable faz a gestão e cobra uma espécie de aluguel. A estrutura tem 700 m2 - parte chegou a ser ocupada por startups incubadas, que foram para o Instituto Caldeira. _

Cresce a mobilização das instaladoras para manifestação hoje à tarde na sede da RGE, em São Leopoldo, contra a reprovação pela concessionária de projetos para geração de energia solar.

Aceita a reestruturação de dona de parques de Gramado

Após ter sido aprovado por credores, o plano de recuperação judicial da Gramado Parks (grupo da serra gaúcha conhecido por ser dono do Sno-wland e do Acquamation) foi homologado pela Justiça.

Entre as propostas, está a renegociação de dívidas e corte de despesas, o que é comum nestes planos de reestruturação. São cerca de 2,8 mil credores. O plano renegocia R\$ 400 milhões em dívidas que estão nesta recuperação judicial. Outros R\$ 700 milhões foram repactuados fora do processo.

O CEO da Gramado Parks, Ronaldo Costa Beber, quer, em breve, voltar a atrair investidores para os negócios. O custo anual já foi reduzido em R\$ 40 milhões, garante ele. Obras de empreendimentos já foram retomadas. _

"Decoração berrante" e brindes para a Black Friday

Como o pequeno lojista disputa vendas com gigantes do comércio online? A data mais desafiadora para isso, a Black Friday, tem até puxado as vendas de Natal. Aliás, varejistas nacionais e internacionais correram a para instalar novos centros logísticos na região metropolitana w de Porto Alegre para entregar mercadorias aos consumidores gaúchos até no mesmo dia da compra. Preocupado, o presidente da Federação das Associações Gaúchas do Varejo (FAGV), Vilson Noer, recomenda aos lojistas uma decoração "bem berrante": - Com brindes e prêmios para quem comprar na loja ou online. E preciso gerar tráfego físico (levar o cliente ao ponto de venda). Fuja das grandes redes, que fazem queima total. Mostre

que tem produtos bons, com uma margem que permita vender em 30 dias no A cartão de crédito ou Pix programado.

Noer chega a sugerir a criação de um "jingle": - E use a música nas redes sociais e na loja. Já defina que o cliente que entrai- dançando vai ganhar um bom brinde. Para fechar, o líder varejista sugere que a liquidação seja em um dia só. A Black Friday está marcada para 29 de novembro. - Pode até estender, mas tem que começar na sexta-feira. _

UM TERÇO DE ESTRANGEIROS

Estrangeiros são 30% dos funcionários do centro logístico da Farmácias São João, em Passo Fundo. Predominam venezuelanos, mas há senegaleses, haitianos e até argentinos. O norte do RS enfrenta falta de mão de obra.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Taxa de desemprego recua para 6,4%

» **FERNANDA STRICKLAND** » **VITORIA TORRES***

O desemprego caiu para 6,4% no trimestre de julho a setembro de 2024, atingindo a segunda menor taxa de desocupação da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. A menor taxa de desocupação foi registrada no trimestre encerrado em dezembro de 2013, de 6,3%, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice recuou 0,5 ponto percentual frente ao dado registrado no trimestre de abril a junho, 6,9%; e ficou 1,3 ponto abaixo da taxa de 7,7% registrada no mesmo trimestre de 2023.

De acordo com os dados do IBGE, a taxa de ocupação no país bateu novo recorde, totalizando 103 milhões. Esse dado é resultado do avanço de 1,2% na população ocupada no trimestre, aumento de 1,2 milhão de trabalhadores.

Na comparação anual, a alta foi de 3,2%, ou mais 3,2 milhões de pessoas ocupadas.

É o caso da vendedora Raíssa Guimarães, 29 anos, que ficou um ano desempregada e decidiu voltar a buscar emprego, depois de um ano sem trabalho, quando ficou se dedicando aos estudos.

"Eu pedi demissão para estudar.

Mas, eu consegui uma oportunidade em uma empresa que tem possibilidade de efetivação e crescimento. Por isso, eu aceitei a vaga. Ter a possibilidade de crescer", explicou. Agora empregada, ela está focada em consolidar uma nova etapa profissional.

O analista operacional Danilo Rocha, 28, conquistou uma vaga no mercado de trabalho após ficar apenas 20 dias desempregado.

O tempo fora do mercado foi curto, mas a experiência trouxe lições que o fizeram repensar o futuro. Ele trabalhou por dois anos e meio em uma locadora de veículos até ser surpreendido pela demissão. No entanto, encontrou uma nova posição em outra companhia do mesmo setor.

"Só mudei de empresa, mas o cargo continuou o mesmo. O meu conhecimento me ajudou a ter uma oportunidade novamente.

Eu não esperava ser demitido, mas acabou me tirando da zona de conforto", refletiu.

Com a demissão inesperada, Danilo redobrou o desejo de buscar estabilidade no setor público.

"A CLT não deixa a gente se acomodar.

Temos que sempre esperar por essa possibilidade de perder o emprego. A carreira pública é a única coisa que traz estabilidade", acrescentou.

Por outro lado, a melhora no mercado de trabalho fez pessoas que trabalhavam por conta própria voltarem a buscar uma oportunidade com carteira assinada, como a maquiadora Janaína Ribeiro, 43. Para ela, que tem uma loja também, o desemprego nunca foi uma realidade, porém decidiu retornar ao regime CLT, aproveitando a quantidade de oportunidades de emprego devido às festas de fim de ano. "Trabalhar como autônoma estava afetando a minha vida financeira, porque é necessário um bom planejamento. Caso contrário, a falta do capital de giro atrapalha muito", contou.

Mesmo de volta ao trabalho formal, Janaína pretende continuar atuando como autônoma nas horas vagas, buscando expandir sua loja e atender a mais clientes. "A CLT traz essa estabilidade, mas não dá para se acomodar.

Não é garantia de que para sempre vai estar empregado", afirmou.

Diante da queda de desemprego, o número de pessoas desocupadas que buscavam uma ocupação passou para 7 milhões, o menor desde o trimestre encerrado em janeiro de 2015. O resultado apresentou recuos significativos nas duas comparações: de -7,2% no trimestre, ou menos 541 mil pessoas buscando trabalho, e de -15,8% frente ao mesmo trimestre móvel de 2023, ou menos 1,3 milhão de pessoas.

Na avaliação de Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, a trajetória de queda da desocupação resulta da contínua expansão dos contingentes de trabalhadores que estão sendo demandados por diversas atividades econômicas.

Maior contingente A indústria e o comércio foram as atividades que puxaram o aumento da ocupação no trimestre, com altas, respectivamente, de 3,2% e de 1,5% em seus contingentes.

Juntos, absorveram 709 mil trabalhadores, na comparação trimestral (416 mil da indústria e 291 mil do comércio). Além disso, a população ocupada no comércio foi recorde, chegando a 19,6 milhões de pessoas. Os outros grupamentos mantiveram estabilidade na comparação trimestral.

"Em particular, a indústria registrou aumento do emprego com carteira assinada. Já no comércio, embora a carteira assinada também tenha sido incrementada, o crescimento predominante foi por meio do emprego sem carteira", explicou a técnica do IBGE.

Analistas lembram que o recuo no desemprego representa um avanço histórico no mercado de trabalho, mas acende o alerta para que o Banco Central mantenha a política monetária mais restritiva. Em setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu início ao novo ciclo de alta da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,75% ao ano.

"Essa melhoria no mercado de trabalho acontece em um ambiente macroeconômico delicado, onde a **inflação** e o custo do crédito podem exigir uma resposta mais intensa do Banco Central em ajustes na Selic, especialmente se o aumento da massa de trabalhadores pressionar o consumo e dificultar o controle inflacionário", afirmou Jefferson Laatus, chefe-estrategista do grupo Laatus.

Os especialistas lembraram também que o mercado de trabalho mais aquecido ajuda a pressionar a **inflação**, pois, aumenta o consumo das famílias devido ao maior poder de compra da população, deixando a demanda aquecida. "Embora isso seja positivo para a renda das famílias, o aumento no consumo, aliado à » FERNANDA STRICKLAND » VITORIA TORRES* **inflação**, pode exigir que o Banco Central tenha uma política de juros ainda mais restritiva. Essa medida, se necessária, poderá desacelerar investimentos e afetar o crescimento, sinalizando um período de desafios para equilibrar a expansão do emprego com a estabilidade econômica", alertou Alex Andrade, CEO da Swiss Capital Invest.

Massa salarial "Embora o rendimento médio tenha se mantido estável no trimestre, o crescimento em relação ao ano passado reflete uma leve recuperação da capacidade de consumo da população. Esse cenário de queda no desemprego, aumento da massa salarial e criação de empregos com carteira assinada pode apoiar o consumo interno, impulsionando setores da economia que dependem da demanda doméstica", destacou Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos.

Na avaliação de Lima, no contexto da política monetária, esses resultados podem pressionar o Banco Central a seguir cauteloso em suas decisões do Copom.

"Com o aumento recente e a sinalização de novas elevações nos juros, a autoridade monetária tem focado em controlar a **inflação**, mas o fortalecimento do mercado de trabalho e o aumento dos salários, embora positivos, podem contribuir para uma pressão inflacionária a longo prazo. Dessa forma, a decisão do Banco Central de manter o ciclo de alta na Selic se justifica como um mecanismo de equilíbrio para conter uma potencial aceleração dos preços, enquanto o mercado de trabalho segue aquecido", complementou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6586/01-11-2024>

Desemprego cai para 6,4% no terceiro trimestre, diz IBGE

DANIELA AMORIM RIO DANIEL TOZZI MENDES SÃO PAULO

A taxa de desemprego no País recuou de 6,9%, no segundo trimestre, para 6,4% no terceiro trimestre, o segundo melhor resultado em toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A única taxa mais baixa que a atual foi a do quarto trimestre de 2013 (6,3%). A expectativa é de que o mercado de trabalho siga aquecido, com o desemprego se mantendo no patamar mínimo histórico "por mais um bom tempo", prevê o economista Igor Cadilhac, do banco PicPay. "A leitura qualitativa do indicador é de que o mercado de trabalho segue forte", avaliou Cadilhac, em nota.

PÚBLICO E PRIVADO. No terceiro trimestre, houve contingente recorde de trabalhadores ocupados tanto no setor privado quanto no setor público. Já são 103,029 milhões de brasileiros em atividade, o que significa uma abertura de 1,199 milhão de novas vagas no mercado de trabalho em apenas um trimestre. Já a população desocupada diminuiu em 541 mil pessoas em um trimestre, para 7,001 milhões de desempregados - menor contingente desde janeiro de 2015.

De acordo com Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, há um movimento de aumento da população ocupada disseminado entre as diferentes atividades econômicas. Segundo a pesquisadora, há uma "melhora sistemática dos indicadores" do mercado de trabalho.

"Parte significativa do rendimento é concentrada em consumo.

Há crescimento via consumo das próprias atividades econômicas, que demandam mais trabalhadores." O terceiro trimestre mostrou abertura de 582 mil vagas com carteira assinada no setor privado, para um recorde de 38,962 milhões de trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a informalidade alcançou um pico de 39,968 milhões de trabalhadores, 644 mil a mais em um trimestre.

"A gente tem observado recorde da população ocupada com carteira (assinada), mas isso não impediu a expansão da parcela informal da ocupação.

A expansão (do emprego) é promovida pelo conjunto dos trabalhadores, independentemente da sua forma de inserção no mercado de trabalho", explicou Adriana.

RECORDE. A massa de salários em circulação na economia aumentou para um recorde de R\$ 327,743 bilhões no terceiro trimestre, alta de 0,8% em relação ao segundo trimestre.

No entanto, o rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve queda real de 0,4% na comparação com o trimestre até junho, para R\$ 3.227.

Adriana acredita que a expansão da informalidade pode ter contribuído para a queda na renda média. "Houve participação do crescimento da população informal, que, de modo geral, são trabalhadores que têm rendimentos menores." A renda nominal, ou seja, antes que seja descontada a **inflação** no período, cresceu 0,4% no trimestre terminado em setembro ante o trimestre encerrado em junho.

COPOM. O arrefecimento da renda deverá ser observado de perto pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na definição dos rumos da taxa básica de juros no País, opinou o chefe de macroeconomia da gestora Kinitro Capital, João Savignon.

"O arrefecimento gradual do crescimento do rendimento do trabalhador é um dado importante para o Copom, que precisa observar algum sinal de que a política monetária está atuando sobre a atividade, já que a **inflação** de serviços País preocupa."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desemprego é o menor da história

Do Estadão Conteúdo

A taxa de desemprego atual no País desceu aos menores patamares da série histórica iniciada em 2012, graças a um movimento de aumento da população ocupada disseminado entre as diferentes atividades econômicas, avaliou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Hoje a gente tem processos de expansão que envolvem diversas atividades econômicas.

De fato, é um movimento bastante difundido pelas atividades. Essa expansão da ocupação acaba envolvendo diversos segmentos de trabalhadores", disse.

Segundo a pesquisadora, há uma "melhora sistemática dos indicadores" do mercado de trabalho. A alta no emprego tem relação com a conjuntura econômica favorável, o que é corroborado pelas divulgações recentes dos dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro.

"A gente sabe que parte significativa do rendimento é concentrada em consumo. Há crescimento via consumo das próprias atividades econômicas, que demandam mais trabalhadores", disse Beringuy.

A taxa de desocupação desceu de 6,9% no segundo trimestre para 6,4% no terceiro trimestre, o segundo melhor resultado em toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo IBGE. A única taxa mais baixa foi a do trimestre encerrado em dezembro de 2013, 6,3%.

O País registrou contingente recorde de trabalhadores ocupados tanto no setor privado quanto no setor público no trimestre terminado em setembro.

"A gente tem, paralelamente, observado recorde da população ocupada com carteira (assinada), mas isso não impediu expansão da parcela informal da ocupação. A expansão (do emprego) é promovida pelo conjunto dos trabalhadores, independentemente da sua forma de inserção no mercado de trabalho, seja pela formalidade, seja pela informalidade. A expansão da ocupação não está concentrada numa atividade ou num grupo reduzido de atividades", afirmou Beringuy.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Desemprego cai para 6,4% puxado pela indústria

CAROLINA NALIN Colaborou Anna Bustamante, estagiária sob a supervisão de Danielle Nogueira

A taxa de desemprego caiu para 6,4% no trimestre encerrado em setembro, a menor taxa para o período e a segunda mais baixa da série histórica iniciada em 2012, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. A indústria liderou a geração de empregos no trimestre respondendo por 34,9% dos novos postos, com o acréscimo de 418 mil profissionais. A massa salarial mensal, soma dos rendimentos dos trabalhadores, atingiu R\$ 327,7 bilhões, aumento de 7,2% frente a setembro do ano passado.

O número de desempregados caiu mais uma vez. Eram 7 milhões em busca de uma oportunidade em setembro, o menor número desde o trimestre encerrado em janeiro de 2015, uma queda de mais de meio milhão de trabalhadores nessa condição (541 mil). Para especialistas, a situação é reflexo de uma atividade econômica que tem crescido mais do que o esperado este ano. A expectativa é que o desemprego encerre o ano no menor nível da série histórica.

-O Brasil está crescendo mais que o esperado, e não há política mais eficaz para emprego que crescimento econômico -afirma Fernando de Holanda, pesquisador sênior da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV.

O mercado renovou o recorde de pessoas ocupadas, em 103 milhões de trabalhadores. A expansão das vagas no trimestre foi puxada pela indústria e comércio, que abriram mais de 700 mil postos de trabalho no terceiro trimestre.

-Em particular, a indústria registrou aumento do emprego com carteira assinada. Já no comércio, embora a carteira assinada também tenha sido crescido, predominou o emprego sem carteira -explica Adriana Beringuy, gerente da pesquisa.

O rendimento, que vinha subindo desde o março de 2022, recuou levemente 0,4%, a R\$ 3.227, mas subiu 3,7% frente ao ano passado.

FORMALIZAÇÃO

Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), explica que a geração de emprego vinha sendo sustentada pelos

serviços, mas a configuração ao longo deste ano mudou, com aumento do emprego com carteira assinada na indústria e no comércio: - Há uma migração para atividades formais, com os postos com carteira de trabalho crescendo acima do total da ocupação. E isso é bom não só do ponto de vista do empregado, mas do dinamismo econômico.

O emprego com carteira cresceu 1,5%, com mais 582 mil trabalhadores formais.

Segundo Cagnin, o aumento da renda das famílias, que impulsiona o consumo e retroalimenta o emprego nas fábricas e no varejo, explica o dinamismo no mercado de trabalho. Ele afirma que o consumidor ainda sente os benefícios do ciclo anterior de queda da taxa de juros pelo seu efeito defasado (a taxa básica de juros caiu 13,75% em agosto do ano passado para 10,5% ao ano em maio, depois voltou a subir e atualmente está em 10,75%), o que torna mais favorável as condições de crédito e consumo. Outro elemento é a própria geração de emprego com carteira assinada, que gera um fluxo de renda regular, diz o economista.

Cagnin aponta que 72% dos ramos da indústria de transformação estão crescendo este ano. Especialmente nos meses de julho e agosto, a produção nos segmentos de vestuário, têxtil, couro e calçados têm crescido, o que explica a alta de postos no setor fabril: - Temos um dinamismo agora dessas atividades que são mais empregadoras.

O presidente da Fator Tower, de incorporação e construção civil, Vasco Rodrigues, contou que contratou 210 pessoas este ano. Destas, 39 admissões foram feitas só no terceiro trimestre. De acordo com a empresa, a maioria das contratações foi na construção civil e reforços administrativos.

Apesar do quadro positivo, analistas alertam que o aquecimento do mercado de trabalho mantém os preços pressionados, principalmente de serviços, o que dificulta o controle da **inflação** pelo Banco Central. A autoridade monetária tem sinalizado que o mercado de trabalho está apertado, e economistas esperam aumento da Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana que vem.

-A **inflação** vai fechar acima do teto da meta, de 4,5%, e o BC está aumentando os juros para frear a economia que dá sinais de estar acima do "pleno emprego" -explica Holanda, do Ibre/FGV.

ALTA MENOR À FRENTE

Lucas Assis, analista da Tendências Consultoria, observa que o mercado de trabalho surpreendeu positivamente este ano, com uma taxa de desemprego abaixo das expectativas e um aumento da ocupação superior ao projetado. No entanto, ele acredita que, a partir de 2025, esse crescimento será mais moderado.

Assis calcula que a massa salarial deverá subir 4% em 2025, após uma alta em torno de 7% este ano.

- Até o fim desse ano, é possível que haja uma desaceleração importante, mas ainda deve manter um ritmo de crescimento do emprego considerável. E um cenário ainda de sustentação da massa salarial. Não há perspectiva de reversão de tendência de curto prazo. A renda ainda tem espaço pra crescimento.

"Há uma migração para atividades formais, com os postos com carteira de trabalho crescendo acima do total da ocupação. E isso é bom não só do ponto de vista do empregado, mas do dinamismo econômico" Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (Iedi)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com baixa disposição para risco, renda fixa é indicação para terminar o ano

Num fim de ano que carrega indefinições tanto na cena externa quanto na local, a disposição do investidor brasileiro para ativos de maior risco é baixa.

Lá fora, as atenções estão voltadas para a eleição presidencial nos Estados Unidos e para o ritmo de corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). No Brasil, medidas fiscais são aguardadas com ansiedade. Se o governo federal anunciar cortes de gastos críveis, haveria até espaço para rali, mas não dá para contar com isso, segundo profissionais do mercado de investimentos.

Com a Selic, hoje em 10,75% ao ano, em ciclo de alta, a renda fixa aparece como principal recomendação de estrategistas, gestores de recursos e de patrimônio. As notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) com taxas na casa dos 7% mais a correção pelo IPCA, e mesmo as estratégias ligadas ao CDI, compõem as sugestões, neste último caso para aproveitar oportunidades se a janela for favorável. O crédito requer mais cuidado.

As posições atreladas à Selic e ao CDI já renderam quase 9% no ano. Já o índice da Anbima que pondera uma cesta com NTN-B em prazos acima de cinco anos tinha desvalorização de 1,7% em outubro e 4,2% desde janeiro. Mas é o tipo de ativo que, se carregado até o vencimento, vai pagar exatamente aquilo que foi contratado.

Foi o aumento das taxas dos títulos do Tesouro americano, os Treasuries, que teve impacto sobre os mercados globais e contribuiu para uma revisão para cima dos prêmios de risco de maneira geral. Por aqui, isso se refletiu na desvalorização dos papéis prefixados e vinculados à **inflação**, na queda do Ibovespa e na depreciação do real. O componente fiscal agravou o movimento no Brasil em relação a outros emergentes.

O melhor termômetro dessa aversão tem sido o câmbio, com a busca por alternativas de proteção, caso do dólar e do ouro.

Entre os ativos tradicionais, o metal liderou o ranking das aplicações em outubro, com valorização de 10,35% (58,4% no ano), seguido pelo dólar comercial (6,1% no mês e 19,1% no ano). No bloco dos alternativos, o bitcoin subiu 19,7%, ficando no topo no ano, com alta de 94,8%.

O Ibovespa caiu 1,6% no mês, e no acumulado de 2024 perdia 3,3%. Na bolsa local, melhor desempenho tinha o índice de ações do setor imobiliário, com valorização de 3,4% em outubro, mas queda de 7,4% no ano.

"O mercado está tecnicamente leve, mas não dá para tomar risco agora", diz Letícia Albuquerque, chefe da área de soluções de investimentos da Tivio Capital, gestora de recursos dedicada a alternativos que é fruto de uma aliança entre o Bradesco e o Banco BV.

O avanço de medidas de cortes de gastos será, localmente, a variável determinante neste fim de ano para uma recuperação de preços ou então seguir na toada de piora observada até aqui, diz Rafael Espinosa, estrategista de investimentos da Tivio.

"Se não houver espaço para os juros caírem, muito pelo lado fiscal, que tem impulsionado a **inflação**, o mercado vai continuar premiando [as taxas de juros dos títulos públicos e derivativos], e, qualquer forçação de barra para o BC baixar a Selic, a gente sabe para onde essa história vai com a dívida atrelada à LFT [letras financeiras do Tesouro, pós-fixadas]." Nesse cenário, a única recomendação com um grau acima do nível estrutural na casa é a NTN-B. "Se houver descompressão da curva [taxas futuras] de juros e aumento da confiança, tem espaço para entrar dinheiro de gestores locais e internacionais que estão leves [em risco Brasil]", continua Espinosa.

Ele acrescenta que as bolsas dos EUA, Europa e algumas emergentes estão bastante caras. Haveria também margem para uma realocação em Brasil, mas o monitoramento desse fluxo seria para um posicionamento tático. O time de estratégia da casa também considera que o câmbio está fora do lugar e que por fundamentos teria um valor mais adequado perto dos R\$ 5,30 do que dos R\$5,78 atuais. "Mas [o dólar] serve para compor o portfólio, no mandato correto, para aquele momento de mais estresse." Com reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e eleição americana, Espinosa reforça que o momento é de esperar e aumentar o risco da carteira à medida que seja possível enxergar uma melhora das expectativas no Brasil e no exterior. Importa o desfecho das eleições e a configuração das casas legislativas com a vitória de Donald Trump ou Kamala

Harris.

Albuquerque diz que o time da Tivio chegou a discutir um aumento da exposição em bolsa local, por ver fundamentos interessantes da economia, com desemprego baixo, retomada do crédito e revisão dos lucros das companhias ligadas à cadeia de commodities, com receitas em dólar.

"Independentemente do elevado "equity risk premium" [o retorno adicional esperado sobre a renda fixa], com 400 pontos-básicos acima da NTN-B, o técnico é mim, com nível de alocação baixo. No limite, se o cenário de corte de gastos evoluir pode haver algum rali, mas o apetite por renda variável ficou menor, até pela oferta de produtos de crédito, além da questão do fluxo internacional. A bolsa brasileira parece ter perdido relevância", diz Albuquerque.

No Brasil, a renda fixa e as opções ligadas à crédito têm sido tema recorrente nos últimos anos, mas os spreads não estão interessantes, diz Pedro Lerías, sócio responsável por estratégias de investimentos da Carpa Family Office. "Não são uma catástrofe, mas se houver algum evento como no ano passado [caso de Americanas e Light], não aguentam desaforo." Para ele, o investidor que fizer essa mudança "tem que ter clareza de que não está entrando no melhor ponto, os preços não são os melhores, embora as taxas de juros estejam em alta". Uma forma de diversificar na classe, recomenda, é olhar para operações de crédito estruturado.

Otávio Vieira, chefe de crédito da gestora de patrimônio Est, diz que em algum momento os fundos de debêntures incentivadas vão começar a dar prejuízo para os cotistas, especialmente os com liquidez em até 30 dias. "Nos fundos antigos, o carregamento só piora", afirma. "Hoje mostram retorno de CDI mais 1 % a 1,5%, mas nada de isento sai neste preço.

Uma das séries das debêntures da ISA CTEEP, com vencimento em 15 anos, estava sendo ofertada com um adicional de 5,90% sobre o IPCA, abaixo da NTN-B de 2040. "Melhor comprar [título público] prefixado devagar", diz Vieira.

Os multimercados, embora numa fase ruim, ainda cumprem o papel de diversificar e buscar retorno de outras maneiras, afirma Lerías, da Carpa. A bolsa está sujeita aos ciclos econômicos. A depender do perfil, vale ter uma alocação estrutural em portfólios com gestão ativa. Entre os títulos do Tesouro, a preferência é pelos vencimentos entre 2028 e 2030 da NTN-B.

O que a equipe da gestora de fortunas tem feito é montar um portfólio combinando as classes tradicionais com o universo dos alternativos. Nesse

conjunto entra a diversificação internacional, além de fundos de participação em empresas, teses ligadas a ativos imobiliários e até criptoativos, especialmente estratégias ligadas à tecnologia blockchain.

Há também mais dinheiro estacionado em caixa e instrumentos líquidos, algo que o investidor de altíssima renda não gosta muito, observa Lerías. "Embora tenha uma taxa gorda o suficiente, ele está olhando, com alguma razão, para classes que ofereçam algum prêmio em relação ao CDI, quer ver o dinheiro alocado, mas estruturalmente tem que ter algum caixa, não dói e no Brasil dói menos", diz.

Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de instituições de qualidade que tenham efetivamente liquidez ou títulos isentos que já passaram pelo período de carência são a alternativa para ter mobilidade de capital, seja para movimentações oportunistas, seja para o plano de remeter recursos para uma maior parcela da carteira no exterior. "A disciplina custa muito pouco para o investidor e traz muito benefício." No Brasil, as expectativas de **inflação** previstas no Focus subiram para 2025 e isso consumiu parte dos prêmios que havia nos títulos prefixados, observa Filipe Santa Fé, chefe de multimercados do ASA, de Alberto Safra.

"O grande evento vai ser que tipo de medida vai ser anunciada pelo ministro da Fazenda [Fernando Haddad] e o quão rápido consegue executar", afirma. "O Brasil sempre precisa de uma baita medida fiscal para ancorar preços e não tem o histórico de entregar coisas que o mercado compre feliz. Não há mais um ambiente que dê o benefício da dúvida." Enquanto não há novidades, os ativos locais seguem reféns da eleição americana, "não parece haver uma assimetria positiva de Brasil", diz o gestor do ASA. "Não acho nada de errado com o governo, na margem, mas o ponto é que a **inflação** é uma dor de cabeça ainda não refletida nas expectativas." Para a pessoa física, Santa Fé diz não ver oportunidade nem na bolsa, nem na NTN-B, porque a alta das taxas futuras e da **inflação** implícita acaba sendo ruim para ações. "A vida do investidor é deixar o dinheiro no CDI e esperar uma oportunidade mais clara para entrar em algum ativo." O corte de gastos é o grande risco para o cenário de investimentos na travessia até 2025, tem baixa probabilidade, mas teria altíssimo impacto se concretizado, diz Walter Maciel, executivo-chefe (CEO) da AZ Quest. Se nada acontecer, a disputa eleitoral para a sucessão presidencial em 2026 vai esquentar e o mercado deve antecipar uma eventual vitória do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), diz.

Ele descarta, porém, a hipótese de uma recessão aos moldes do governo da ex-presidente petista Dilma

Rousseff, com seguidos trimestres de retração da atividade. "A economia vem crescendo ano a ano, em 2025 vai crescer 1,5%, as boas empresas continuam saudáveis, não tem crise de crédito no radar", enumera Maciel. "Com juros altos, mas a economia crescendo por que não ir para crédito? Para que colocar a cara a tapa e ir para ativos de risco? Não faz sentido."

"No limite, se o cenário de corte de gastos evoluir, pode haver algum rali, mas o apetite por renda variável ficou menor" Letícia Albuquerque

"Nos fundos de crédito, carrego só piora. Está em CDI+ 1% a 1,5%, mas nada isento sai neste preço"
Otávio Vieira

"Brasil precisa de uma baita medida fiscal para ancorar preços e não temo histórico de entregar coisas que o mercado compre feliz" Filippe Santa Fé

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188030>

Opções para o corte de gastos

THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

O QUE ESTÁ EM JOGO - A equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva trabalha em uma proposta "híbrida" para corte de gastos, que inclui tanto medidas pontuais quanto um ajuste estrutural em despesas, e que está dividida em três frentes de atuação.

Uma dessas frentes envolve mexer em despesas obrigatórias, que são mais de 90% do Orçamento federal e têm comprimido o espaço para gastos com investimentos e custeio da máquina pública.

As medidas em estudo incluem flexibilizar a obrigação de repasse a fundos, mirando especificamente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que terá orçamento obrigatório de mais de R\$ 10 bilhões. Técnicos pretendem tornar o fluxo para esse fundo um repasse discricionário.

Ainda na linha de alterar despesas obrigatórias, está uma proposta de criar um limite de 2,5% acima da **inflação** para o crescimento de alguns gastos. Nesse caso, a ideia é alinhar essas despesas obrigatórias ao arcabouço fiscal, que prevê que as despesas do governo como um todo não podem crescer mais de 2,5% acima do IPCA por ano.

O que o Executivo ainda está discutindo é se esse será um limite global para despesas obrigatórias ou individual para alguns gastos. Em qualquer cenário, ao atingir esse limite de gastos, seriam acionados "gatilhos" para conter as despesas.

POLITICAMENTE DIFÍCIL

Na quarta-feira, ao dizer que o governo lançaria mão de uma proposta para mudar a Constituição (PEC) para avançar no ajuste de despesas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as despesas obrigatórias precisam caber no arcabouço fiscal. A tendência, segundo integrantes do governo, é que a formatação final da proposta de corte de gastos fique para a segunda semana de novembro.

A dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias nos próximos anos preocupa o governo e o mercado e põe em dúvida a sustentabilidade do arcabouço das contas públicas. Os pisos em Saúde e Educação são algumas das principais despesas com crescimento divergente dos gastos gerais do governo, mas

mudanças nessas regras são vistas como improváveis na atual gestão.

O que os técnicos sugeriram, nessa seara, foi subir de 30% para 60% a parcela de recursos federais do Fundeb (fundo de financiamento da educação básica) que contam para o cálculo do piso de educação. Essa medida, porém, só seria efetiva do ponto de vista de corte de gastos se o governo eliminasse despesas discricionárias do Ministério da Educação como compensação, o que também é politicamente difícil.

A segunda frente de atuação envolve o redesenho de algumas políticas públicas, consideradas pouco focalizadas e caras, como o seguro-desemprego e o abono salarial (um salário mínimo pago por ano para quem recebe até dois salários). O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também está no foco.

Essas medidas podem ser propostas de forma individual ou entrar como parte dos gatilhos dos gastos obrigatórios.

Embora o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tenha dito que não haveria alterações no seguro-desemprego e falado em demissão caso ocorram alterações em itens da pasta sem discussão prévia com ele, a política está sob o escrutínio da área econômica. Além disso, o momento atual é considerado propício, pois os índices de desemprego estão em níveis historicamente baixos.

BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS

A terceira vertente de atuação do Executivo é dar controle de fluxo de pagamento a benefícios específicos, como o ProAgro e o seguro-defeso (pago a pescadores durante a época da piracema). Hoje, elas são despesas completamente obrigatórias e precisam ser executadas mesmo que o orçamento previsto seja menor. Ao dar controle de fluxo para essas despesas, o governo só executa o que está previsto no Orçamento.

Como já mostrou O GLOBO, o pacote gira em torno de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões de impacto, embora o seu tamanho só seja definitivo após o presidente Lula dar aval a toda a proposta.

As medidas estão sendo debatidas em reuniões com a área econômica com o presidente Lula e foram alvos de discussão na Junta de Execução Orçamentária (JEO) na quarta-feira.

Participaram do encontro, além de Haddad, os ministros Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão). Há uma convergência no Executivo em torno da necessidade dessas ações, como demonstraram ontem ministros ligados às discussões.

-Houve uma convergência importante em torno do princípio de reforçar o arcabouço fiscal e uma ideia que tem que ser analisada juridicamente, mas que atende à Fazenda -disse Haddad na quarta-feira.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo trabalha para reduzir despesas que ele mesmo criou

ANÁLISE MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br Brasília

O corte de gastos prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe será apenas uma fração do que o próprio governo Luiz Inácio Lula da Silva criou de despesas ainda na transição para assumir a Presidência da República, no fim de 2022.

Haddad vem falando há semanas em medidas estruturais de redução de gastos -que o ministro prefere chamar de "fortalecimento" do arcabouço fiscal, conjunto de regras de controle das despesas federais.

O ministro tem evitado citar números, por enquanto, mas qualquer que seja o tamanho desse pacote, as medidas vão apenas aliviar o aumento de despesas criadas com a chamada "PEC da Transição", aprovada às vésperas de Lula tomar posse, há menos de dois anos.

Naquele momento, foi aprovada um projeto com impacto de R\$ 169 bilhões para 2023. Uma exceção no teto de gastos, que até então era a principal regra de despesas do país. Havia justificativas, à época, para ampliar os gastos totais do governo porque algumas despesas, como o Bolsa Família de R\$ 600 e o auxílio-gás, não estavam contempladas no Orçamento.

Uma ampliação de despesas da ordem de R\$ 169 bilhões, porém, ficou bem acima do necessário para cobrir programas sociais e acabou ampliando, por exemplo, emendas parlamentares. Além disso, a Emenda aprovada naquele momento, na prática, voltou a vincular algumas despesas à **receita federal**, como os pisos de gastos em saúde e educação -o que hoje virou dor de cabeça para os técnicos da Fazenda e do Planejamento.

Os números que circulam no governo para o pacote de despesas preparado pela Fazenda são de um impacto da ordem de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões. Mesmo se o conjunto de medidas apresentado for de R\$ 50 bilhões, ele não equivale a 30% das despesas que o próprio governo criou em 2022.

As despesas ampliadas para 2023 viraram uma referência mínima de gastos, um piso, que passaram a

ser atualizados acima da **inflação** todos os anos. Os gastos totais do governo saíram de 18% do PIB em 2022 e vão para 19,3% do PIB no ano que vem. Um crescimento de R\$ 580 bilhões em três anos.

O arcabouço fiscal permite que os gastos cresçam todos os anos acima da **inflação**, num percentual entre 0,6% e 2,5%. Mas despesas obrigatórias tendem a subir mais que isso, o que estrangula completamente os gastos livres do Executivo -custeio e investimentos.

É uma espiral que o próprio governo calcula que não para de pé a partir de 2027, ou seja, no primeiro ano do próximo mandato. É algo que precisa ser ajustado de forma estrutural ou o arcabouço fiscal vai ser enterrado nos próximos anos.

O governo não é vítima da necessidade de cortar despesas, mas um ator que trabalhou diretamente, desde antes de assumir, para elevar os gastos que agora precisa eliminar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FGTS: Conselho aprova R\$ 142 bi para habitação e infraestrutura

GERALDADOCA geralda@bsb.oglobo.com.br **BRASÍLIA**

O Conselho Curador do FGTS aprovou ontem orçamento de R\$ 142,3 bilhões para investimentos financiados pelo Fundo no próximo ano. O setor de habitação, sobretudo o programa Minha Casa, Minha Vida, receberá R\$ 123,5 bilhões, mais R\$ 12 bilhões de subsídios (descontos nos empréstimos). A meta é que 83% do volume financiado sejam destinados para imóveis novos e 17% para usados.

Em 2025, o FGTS destinará ainda R\$ 7,5 bilhões para saneamento e R\$ 8 bilhões a projetos de infraestrutura urbana.

O orçamento total anual ficou ligeiramente acima do previsto para este ano que foi de R\$ 139,6 bilhões. Os valores da nova proposta se mantêm para os anos seguintes, até 2028.

CAIXA LIMITA EMPRÉSTIMOS

Os recursos da linha Pró-Cotista, destinada a financiamentos habitacionais com juros mais acessíveis aos trabalhadores que têm conta no FGTS, mantém-se em queda. Para 2025 e os próximos anos, o volume será de apenas R\$ 3,3 bilhões, contra R\$ 5,5 bilhões neste ano.

A modalidade Pró-Cotista foi criada para contemplar os trabalhadores que têm conta no fundo. Já os recursos destinados ao Minha Casa, Minha Vida são originados do resultado do FGTS e podem ser acessados por famílias com renda de até R\$ 8 mil, sem necessariamente serem cotistas do Fundo.

Segundo um interlocutor, mesmo com números mais conservadores, não há garantia de que o FGTS terá condições de cumprir o orçamento plurianual. Isso porque as obrigações do Fundo vão subir, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de remunerar com a **inflação** o saldo dos cotistas no Fundo. Até agora, não foi feito um estudo detalhado sobre o impacto da mudança na correção das contas, disse um conselheiro.

Até então, a exigência legal era de 3% ao ano, mais a TR (Taxa Referencial). Contudo, segundo nota do Ministério das Cidades, a proposta orçamentária é sustentável e tem como base a projeção do patrimônio

líquido do FGTS: de R\$ 113,3 bilhões, em 2025, e de R\$ 117,9 bilhões, em 2028.

Além dos poucos recursos do FGTS para financiamento habitacional fora do âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, os recursos da caderneta de poupança não têm sido suficientes para aumentar o crédito imobiliário. Por causa disso, a Caixa Econômica Federal está apertando as condições para conceder empréstimos para a classe média. A partir de hoje, a cota de financiamento foi reduzida de 80% para 70%, o que exige dos mutuários um valor maior de entrada, de 30%. O banco está mirando imóveis de menor valor e está sendo ainda mais rigoroso na análise de risco para conceder o crédito.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FGTS: Conselho aprova orçamento de R\$ 142 bi

BRASÍLIA - O Conselho Curador do FGTS aprovou ontem orçamento de R\$ 142,3 bilhões para investimentos financiados pelo Fundo no próximo ano. O setor de habitação, sobretudo o programa Minha Casa, Minha Vida, receberá R\$ 123,5 bilhões, mais R\$ 12 bilhões de subsídios (descontos nos empréstimos). A meta é que 83% do volume financiado sejam destinados para imóveis novos e 17% para usados.

Em 2025, o FGTS destinará ainda R\$ 7,5 bilhões para saneamento e R\$ 8 bilhões a projetos de infraestrutura urbana. O orçamento total anual ficou ligeiramente acima do previsto para este ano que foi de R\$

139,6 bilhões. Os valores da nova proposta se mantêm para os anos seguintes, até 2028.

CAIXA LIMITA EMPRÉSTIMOS

Os recursos da linha Pró-Cotista, destinada a financiamentos habitacionais com juros mais acessíveis aos trabalhadores que têm conta no FGTS, mantêm-se em queda. Para 2025 e os próximos anos, o volume será de apenas R\$ 3,3 bilhões, contra R\$ 5,5 bilhões neste ano.

A modalidade Pró-Cotista foi criada para contemplar os trabalhadores que têm conta no fundo. Já os recursos destinados ao Minha Casa, Minha Vida são originados do resultado do FGTS e podem ser acessados por famílias com renda de até R\$ 8

mil, sem necessariamente serem cotistas do Fundo.

Segundo um interlocutor, mesmo com números mais conservadores, não há garantia de que o FGTS terá condições de cumprir o orçamento plurianual. Isso porque as obrigações do Fundo vão subir, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de remunerar com a **inflação** o saldo dos cotistas no Fundo.

Até então, a exigência legal era de 3% ao ano, mais a TR (Taxa Referencial). Contudo, segundo o Ministério das Cidades, a proposta orçamentária é sustentável e tem como base a projeção do patrimônio líquido do FGTS: de R\$ 113,3 bilhões, em 2025, e de R\$ 117,9 bilhões, em 2028.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Dólar sobe de novo com falas de Haddad

BRASÍLIA

O dólar comercial se aproximou de R\$ 5,80 ontem, depois de falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que minimizam a importância do pacote de revisão de gastos públicos. Às 11h08, a moeda tinha alta de 0,33%, negociada a R\$ 5,78.

O ministro ficou incomodado com perguntas sobre quando seria o anúncio das medidas, que são esperadas pelos agentes econômicos para equilibrar as contas públicas. A expectativa era que fossem apresentadas depois das eleições municipais de domingo, mas Haddad disse na terça que não havia prazo.

As projeções dos analistas financeiros indicam que, pelo cenário atual, o governo Lula não cumprirá as metas fiscais com as quais se comprometeu de 2024 a 2027. Haddad disse que as perguntas dos profissionais de imprensa sobre o conjunto de medidas de revisão dos gastos são "forçação boba".

Investidores também reagiram aos dados de desemprego, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Analistas avaliam que o impacto do mercado de trabalho na demanda deve pressionar a **inflação**, o que pediria um aperto monetário mais forte do Banco Central. A taxa a Selic está em 10,75% ao ano, com trajetória de alta.

Agentes financeiros aumentaram para 4,55% a projeção para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano, patamar que está acima do teto da meta de **inflação**. A meta é de 3%, mas o intervalo permitido é de até 4,5%.

A equipe econômica do governo federal trabalha em uma proposta "híbrida" para corte de gastos, que inclui tanto medidas pontuais quanto um ajuste estrutural em despesas, e que está dividida em três frentes de atuação.

Haddad disse entender a "inquietação" do mercado sobre o chamado "risco fiscal", de descontrole das contas, mas ressaltou que precisa entregar a melhor redação possível das medidas ao Congresso Nacional.

O Ibovespa fechou em queda de 0,71%, a 129.713 pontos. O índice foi pressionado pela alta dos juros futuros, em todos os pontos da curva.

Além disso, a queda dos papéis do Bradesco também

fizeram peso sobre o Ibovespa, explica Arthur Pereira, especialista em renda variável da Ável Investimentos. Juntas, as ações do banco tem peso superior a 4% na carteira do índice.

NOTA DE DÓLAR, que terminou o dia cotado a R\$ 5,78, maior valor em 3 anos: expectativa com corte de gastos

Corte de gastos em 3 frentes

A equipe econômica do governo Lula trabalha em uma proposta "híbrida" para corte de gastos, que inclui tanto medidas pontuais quanto um ajuste estrutural em despesas, e que está dividida em três frentes de atuação.

Uma delas envolve mexer em despesas obrigatórias, que são mais de 90% do Orçamento.

As medidas em estudo incluem flexibilizar a obrigação de repasse a fundos, mirando especificamente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que terá orçamento obrigatório de mais de R\$ 10 bilhões. Técnicos pretendem tornar o fluxo para esse fim do um repasse discricionário.

Ainda na linha de alterar despesas obrigatórias, está uma proposta de criar limite de 2,5% acima da **inflação** para o crescimento de alguns gastos. A ideia é alinhar essas despesas obrigatórias ao arcabouço fiscal, que prevê que as despesas do governo como um todo não podem crescer mais de 2,5% acima do IPCA por ano.

O que o Executivo ainda está discutindo é se esse será um limite global para despesas obrigatórias ou individual para alguns gastos. Em qualquer cenário, ao atingir esse limite de gastos, seriam acionados "gatilhos" para conter as despesas.

HADDAD: medidas fiscais

Dólar sobe a R\$ 5,78 e tem maior patamar em mais de três anos

G1

O dólar encerrou em alta de 0,31% nesta quinta-feira (31), e fechou aos R\$ 5,7813.

Esse é o maior patamar da moeda americana desde 9 de março de 2021 (R\$ 5,7919).

No mês de outubro, acumula uma valorização de mais de 6%, conforme investidores continuam esperando por notícias do governo federal sobre um novo pacote de cortes de despesas do governo.

Os agentes econômicos analisaram também os novos números do mercado de trabalho brasileiro, que registrou a segunda menor taxa de desocupação da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado reforça a percepção de que o mercado de trabalho muito aquecido possa gerar pressão na **inflação**.

Com tudo isso em consideração, o mercado refaz os cálculos para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BC), que acontece na próxima semana. A expectativa dos analistas é de nova alta de 0,5 ponto percentual da taxa de juros brasileira, justamente para esfriar uma possível alta de preços.

No exterior, os dados de **inflação** dos Estados Unidos do índice de preços PCE, o preferido do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), foi divulgado nesta quinta, em linha com as projeções dos economistas. A principal questão, portanto, foi a incerteza com o quadro da corrida presidencial norte-americana, conforme as eleições se aproximam cada vez mais.

Em meio a todo esse cenário, o Ibovespa, principal índice acionário da bolsa de valores brasileira, a B3, encerrou em queda.

Ao final da sessão, o dólar avançou 0,31%, cotado a R\$ 5,7813 e renovou o maior patamar em mais de três anos.

A disputa pela formação da Ptax do fim do mês também fez preço no câmbio nesta quinta-feira. A Ptax é a taxa de referência do dólar, calculada diariamente pelo BC. Essa disputa acontece entre os agentes de

mercado, que apostam na alta ou na queda da moeda norte-americana, buscando influenciar sua formação.

Os bons números do mercado de trabalho, com uma forte redução da taxa de desemprego, voltaram a surpreender o mercado. "Essa é uma taxa baixa para os padrões históricos brasileiros, confirmando a robustez do mercado de trabalho", diz Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

Apesar disso, a economista explica que a queda do desemprego "desafia o controle da **inflação** de serviços", o que pode gerar uma taxa de juros ainda maior para o Brasil.

"Se por um lado isso significa que existem mais pessoas ocupadas, o que é bom para a atividade, por outro, torna mais desafiador o controle da **inflação**, já que há maior pressão sobre os preços dos serviços", comenta Moreno.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6372>

Dólar fecha em R\$ 5,78, maior valor desde 2021

O dólar fechou em alta de 0,30% nesta quinta-feira (31), a R\$ 5,781, em reação aos novos dados de **inflação** dos Estados Unidos e com preocupações de investidores sobre as contas públicas brasileiras.

Esse é o maior valor para a moeda americana desde 9 de março de 2021, quando encerrou em R\$ 5,792. Só em outubro, a divisa acumulou alta de 6,10%.

Já a Bolsa caiu 0,70%, aos 129.713 pontos, pressionada pela forte queda dos papéis do Bradesco após o balanço corporativo do terceiro trimestre.

O PCE (índice de preços de consumo pessoal, na sigla em inglês) subiu 0,2% em setembro, depois de avançar 0,1% no mês anterior. O resultado veio em linha com o esperado por economistas consultados pela Reuters.

No acumulado de 12 meses, houve desaceleração para 2,1% -o menor aumento anual desde fevereiro de 2021. Em agosto, estava em 2,3%.

O PCE é o indicador de **inflação** mais monitorado pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano) para balizar as decisões de política monetária. A autoridade americana trabalha com um mandato duplo, isto é, olha de perto os números inflacionários e de emprego para decidir sobre juros.

O objetivo é atingir o chamado "pouso suave": quando os índices de preços convergem para a meta de 2% sem grandes danos à empregabilidade do país.

Também divulgados nesta quinta, os pedidos semanais de auxílio-desemprego caíram para 216 mil na semana encerrada em 26 de outubro, ante 228 mil da semana anterior. A expectativa era por 230 mil pedidos.

Os dados endossam a percepção de força da economia dos Estados Unidos. A leitura é que a **inflação** está controlada e próxima da meta de 2%, ao passo que o mercado de trabalho segue dando sinais de resiliência e robustez.

Com isso, os investidores esperam que o Fed desacelere o ritmo de cortes na taxa de juros na próxima reunião de política monetária, marcada para semana que vem, entre os dias 5 e 6 de novembro.

Na ferramenta CME Fed Watch, um corte de 0,25 ponto percentual marca 96% de probabilidade, enquanto os 4% restantes estão em apostas de uma manutenção da taxa na banda atual de 4,75% e 5%.

O Fed iniciou o aguardado ciclo de afrouxamento monetário na reunião de setembro, quando optou por uma redução de 0,50 ponto percentual.

O movimento é o contrário do realizado pelo BC (Banco Central) brasileiro, que também se reúne nos mesmos dias que o Fed na semana que vem e, no encontro passado, optou por aumentar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, a 10,75% ao ano.

O Copom (Comitê de Política Monetária) tem travado uma batalha contra a **inflação**. A meta é levá-la a 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

A equipe econômica do governo, avalia criar um limite global para as despesas obrigatórias, que seguiria o mesmo índice de correção do arcabouço fiscal (expansão de até 2,5% acima da **inflação** ao ano).

Caso os gastos obrigatórios avancem acima desse patamar, gatilhos de contenção seriam acionados para ajudar a manter a trajetória de despesas sob controle.

Segundo técnicos a par das discussões, o limite para as obrigatórias com gatilhos de contenção seria uma forma de guiar as expectativas dos agentes econômicos, que hoje antecipam as incertezas com o futuro do arcabouço fiscal. @MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>